



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0429/11	DATA: 10/05/2011
INÍCIO: 14h44min	TÉRMINO: 17h49min	DURAÇÃO: 03h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h06min	PÁGINAS: 62	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Continuação do debate sobre processo eleitoral, propaganda eleitoral, unificação das eleições e suplência de Senador e Deputado.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há orador não identificado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião.

Boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares. Informo a V.Exas. que foi distribuída cópia da ata da 15ª reunião ordinária, realizada no último dia 5 de maio.

Indago ao Plenário se há necessidade de sua leitura. *(Pausa.)*

Não havendo objeção, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Comunico que foi recebido o Ofício nº 11, de 2011, do Deputado Reguffe, do PDT do Distrito Federal, em que encaminha à Comissão propostas sobre a reforma política.

Comunico também ao Plenário que, ontem, foi realizada em Porto Alegre a segunda conferência estadual desta Comissão, com pleno êxito. Na próxima sexta-feira, dia 13, membros desta Comissão se farão presentes em Aracaju, Estado de Sergipe, para realização de conferência; no dia 16, em João Pessoa, na Paraíba, e, no dia 23, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Embora seja desnecessário, comunico que as plenárias, à exceção da de Florianópolis, Santa Catarina, no dia 19, são uma realização da Câmara dos Deputados. Os coordenadores estaduais buscam a colaboração da sociedade local — as reuniões podem ser realizadas em centro de convenções, plenário de Câmara dos Vereadores ou de Assembleia Legislativa —, mas os encontros são dirigidos pela Comissão e não pela Presidência da Câmara dos Vereadores ou da Assembleia Legislativa, conforme requerimentos aprovados por esta Comissão, requerimentos de realização das conferências e requerimentos de aprovação dos Estados onde ela deverá acontecer. Portanto, esta Comissão recebe a colaboração da sociedade local, mas é ela, a Comissão, que tem a responsabilidade de dirigir os trabalhos.

Solicito à Secretaria da Mesa que dialogue com os Srs. Parlamentares coordenadores dos eventos em seus Estados, no sentido de que tomem ciência dessa realidade.



Comunico ainda ao Plenário que a Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados abriu canais interativos para os assuntos da reforma política. E através desses canais de comunicação a Secretaria colheu subsídios de populares, por meio da Agência Câmara, da TV Câmara e da Internet, cujo resultado a Secretaria nos encaminha. Solicito o auxílio da Mesa para distribuição do volume aos Srs. Parlamentares. Sem dúvida, trata-se de um subsídio valiosíssimo, que vem direto da população brasileira.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada com o objetivo de dar continuidade ao debate sobre processo eleitoral, propaganda eleitoral, unificação das eleições e suplência de Senador e Deputado.

O segundo ponto da pauta refere-se a deliberação de requerimentos.

O debate, como de costume, seguirá os trâmites das reuniões anteriores. A lista de inscrição já se encontra aberta, à disposição de V.Exas.

Pela ordem, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Sr. Presidente, eu gostaria de informar que a bancada de Pernambuco está sendo convidada para participar de muitos debates no Estado e dar esclarecimentos sobre o andamento do processo aqui.

Nós estivemos, na sexta-feira passada, junto com o Deputado Carlos Eduardo Cadoca, na Câmara Municipal do Recife. Foi um momento muito bom, porque foi uma reunião fechada com o conjunto dos Vereadores. O sentimento ali é de grande preocupação e também de muita desinformação. Os Vereadores levantaram uma série de questões. Inclusive, quase imploraram por uma janelinha, nem que seja de 6 meses, em relação ao processo eleitoral. Há preocupações também com o voto de lista. O debate, com a minha presença e a do Deputado Carlos Eduardo Cadoca, os ajudou muito e permitiu que lhes oferecêssemos esclarecimentos. Na segunda-feira, seguiremos uma agenda com a Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco e com a Universidade Católica.

Estou dizendo isso também para justificar que, em alguns desses encontros, vamos trabalhar em nossos Estados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. a informação.

Aproveito a oportunidade, antes de dar continuidade à Ordem do Dia, para dizer que o Estado de Pernambuco está agindo bem. Não custa auscultar a sociedade. Não custa ouvir, por exemplo, os Vereadores.

Como não é uma inconfidência, permito-me dar uma declaração. Eu já havia feito referência à plenária do Rio Grande do Sul — na ausência do Deputado Henrique Fontana —, que, para mim, foi um sucesso. Devo dizer que, das vozes que soaram lá na Assembleia Legislativa, salvo exceção com certa ressalva, a do Presidente da CUT e a deste Parlamentar, que já é conhecido de todos, eu só ouvi o desejo, entre os presentes, da lista fechada.

Quero confessar ao nobre Relator que, até mesmo por curiosidade minha, tentei tirar uma dúvida, no Aeroporto Salgado Filho. Ao meu redor estavam vários Prefeitos e Vereadores gaúchos. Acho importante que os Srs. Deputados Federais auscultem o Rio Grande do Sul e o interior do Estado. A grande preocupação foi exatamente a lista fechada. É bom que ouçam a voz que vem do interior e do Parlamento municipal.

Mas vamos em frente. Na segunda-feira passaremos pelo Recife para ir à conferência de João Pessoa — temos de fazer escala, com certeza.

Cada Parlamentar disporá de 5 minutos, com a flexibilidade costumeira, incluindo-se também os apartes.

Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Sirkis, a quem estendo minhas homenagens, pela grande tarefa que, tenho certeza, como de costume, desenvolveu na semana passada. Em dado momento, deixou-me até preocupado. S.Exa. estava com o semblante de alguém extremamente cansado, por conta das tarefas relacionadas também à discussão do Código Florestal.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, obrigado pela atenção.

Eu gostaria de fazer um apelo no sentido de que começássemos a objetivar as nossas discussões. Existem dois processos em curso. Existe um processo em curso na Comissão, que consiste nas audiências públicas aqui referidas e nessas reuniões que aparentemente ocorrem sem demasiada objetividade. E existe um



processo de bastidores, que se inicia. Com a volta do Relator, isso passou a se objetivar. Tem havido reuniões com as bancadas.

Eu acho que deveríamos voltar ao alcance original dos nossos trabalhos, em que considerávamos — em minha opinião, devemos continuar considerando isto — que, primeiro, temos de definir o sistema eleitoral. Com base no sistema eleitoral, passa-se a tratar do financiamento, da propaganda, dos prazos. Depois, existe uma série de questões de natureza mais constitucional, e que são importantes também, embora tenhamos que ver se elas seriam encaminhadas ao mesmo tempo ou num tempo diferente, que diz respeito à questão de se mexer no próprio calendário eleitoral. Eventualmente, coincidência de todos os mandatos num determinado ano, final da reeleição, mandatos de 5 anos, como acontecia no Brasil de antigamente. São problemas que não fugirão de uma reforma constitucional.

Então, eu acho que nos deveríamos concentrar, de fato, e começar a discutir objetivamente a questão do sistema eleitoral.

O que eu vejo, pelo que sinto e tenho conversado, é que se caminha para alguma fórmula mista. Penso que seria muito difícil se aprovar, no seu estado puro, o voto de lista, que é o voto proporcional por lista fechada, preordenada, como se diz, que é, por acaso, o sistema que me agrada, eu o defendo, mas penso que haveria dificuldade de aprovar isso na Câmara dos Deputados e no Senado, em função de resistências já históricas — e cada vez que este tema é levantado elas se colocam —, e também uma certa incompreensão no âmbito da chamada opinião publicada, que evidentemente se reflete também na opinião pública. Por outro lado, vejo também que a proposta do voto majoritário puro, considerando-se o Estado uma única circunscrição, o chamado distritão, também enfrenta resistências que me parecem até maiores, e dificilmente prosperaria.

Por isso eu chamo a atenção das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para duas propostas que, de fato, têm sido discutidas nos bastidores, mas menos, no caso de uma delas, no plenário. Uma delas, Deputado Fontana, seria um voto proporcional misto, onde metade seria eleito pela lista e metade pelo sistema atual, se eu entendi direito, posso não ter entendido. E a outra possibilidade é aquela que venho defendendo com variáveis, o chamado voto distrital misto plurinominal, que é metade pela lista e metade por um sistema de grandes distritos, onde nos Estados



com mais de oito Deputados teríamos a divisão do Estado em circunscrições eleitorais de oito a dez Deputados, com número correlato e proporcional de Deputados Estaduais, o que permitiria elegermos federais e estaduais na mesma circunscrição, tendo como variável desta proposta a ideia de 50% serem eleitos pelo chamado distritão, onde o Estado no seu conjunto se tornaria o distrito, modalidade que se aplicaria, dentro da primeira variável, para aqueles Estados que têm até oito Deputados.

Parece-me que são duas propostas que necessitariam ser mais amadurecidas, detalhadas e relacionadas com aquilo que é a sua consequência em relação a financiamento de campanha e propaganda eleitoral de campanha, e outros detalhes, como número de candidatos de cada uma delas, por exemplo.

Penso que, se nós passarmos a discutir em torno dessas duas propostas, para esmiuçá-las, aprofundá-las, submetê-las à checagem do detalhamento, estaremos avançando no primeiro grande ponto do nosso processo, que é o sistema eleitoral, que depois terá que ser seguido por um segundo grande ponto, que é o financiamento, o terceiro, que é a propaganda, e outros detalhes, para depois podermos passar àquilo que seriam aquelas propostas onde obrigatoriamente terá que se mexer na Constituição brasileira.

Então, concluo a minha intervenção, sugerindo que, de fato, a gente se concentre e procure avançar, procure chegar, se possível, a um entendimento ou pelo menos à definição de uma maioria expressiva em torno de uma solução para o sistema eleitoral, para podermos avançar e seguir para outros pontos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Berzoini.

O SR. DEPUTADO RICARDO BERZOINI - Sr. Presidente, eu creio que nós já entramos aqui numa fase de debater, de fato, caminhos, a partir da sua provocação como Presidente, de identificar o que todos sabemos. Quer dizer, não temos nenhuma proposta, nenhum sistema aqui que tenha maioria na Comissão, e possivelmente no plenário também não haverá. Assim como no Senado algumas questões foram aprovadas pela Comissão, nós sabemos que no plenário dificilmente serão aprovadas. Foi mais uma circunstância da Comissão do que efetivamente uma definição de maioria.



Ao ouvir aqui o Deputado João Paulo Lima, ex-Prefeito de Recife, falar sobre a janelinha, eu lembro que a janelinha já foi criada, tem um nome, tem um partido. Aliás, já que estamos discutindo Código Florestal, há quem queira definir uma reserva legal, porque o Prefeito de São Paulo está com a motosserra, fazendo, digamos, uma devastação. *(Risos.)* Não temos área consolidada, ainda estamos definindo, nem área de proteção permanente, nem os quatro módulos da agricultura familiar — e aqui na Câmara dos Deputados alguns partidos são, digamos, adeptos da agricultura familiar.

Mas, como os biomas políticos são muito complexos, deixando a brincadeira de lado, e falando sério, já há um sentimento, pelo que tenho conversado com vários Parlamentares, de que é preciso compor, é preciso encontrar um caminho para compor dentro da lógica do diagnóstico que nós fazemos sobre o sistema que justifique a existência desta Comissão e a existência do trabalho também no Senado, que é o objetivo de reduzir a força do poder econômico nas campanhas eleitorais.

O TSE acaba de divulgar as contas dos partidos do ano passado. Todos nós verificamos que os partidos foram usados legalmente, dentro da lei, sem qualquer ilegalidade, como veículos de várias grandes empresas, para fazer a distribuição de recursos. Muitos de nós fomos beneficiários desses recursos, sem nenhuma maldade ou qualquer intenção desonesta. O fato é que mais uma vez ficam fazendo as correlações entre as empreiteiras, os grandes bancos, as grandes empresas de serviços, as grandes indústrias, as mineradoras com os partidos e seus beneficiários na ponta.

Dado este diagnóstico, nós discutimos aqui qual a melhor saída para isso. É sinal de que o sistema atual — digo e repito — não é péssimo, tanto que assegura, talvez, o período mais longo de democracia no Brasil, mas é um sistema que todos concordamos que hoje sofre vícios terríveis, como, por exemplo, uma situação de refém que grande parte dos políticos, especialmente os majoritários, mas também os proporcionais, ficam em relação a marqueteiros, como conversava outro dia com a Deputada Íris, e nós temos evidentemente, hoje aqui, uma visão muito crítica em relação a isso.



Então eu sugeriria que nós pudéssemos preservar o calendário de debates para ouvir a sociedade, o que é fundamental, concordo com V.Exa. Nós não podemos fazer um trabalho fechado sobre algo que diz respeito à democracia. Caso contrário, não seria democrático, mas, já sabendo também que nós temos, digamos, algumas possibilidades de caminho, que nós pudéssemos estruturar um calendário pós-reuniões públicas dos Estados que nos permitisse, aí já mais amadurecido o nosso trabalho, através do trabalho do Relator, Deputado Fontana, estruturar, verificando as possibilidades, ou seja, voto em lista com distritão, voto em lista com distrital, voto em lista com flexibilidade, financiamento público puro, financiamento público com pessoa física, financiamento público com pessoa física e jurídica, que pode ser definido também, a questão do custo de campanha, a questão da fidelidade partidária, a relação entre fidelidade de mandato e fidelidade programática, a questão da democratização dos partidos, e assim por diante. É uma série de temas fundamentais, como as próprias questões que V.Exa. levantou numa das reuniões sobre se vamos adentrar, por exemplo, o papel do Senado, a relação entre a Câmara Revisora e a Câmara Legisladora. Enfim, são temas fundamentais, como a participação popular, que tem sido destaque na defesa da Deputada Luiza Erundina, dentro e fora da Comissão.

Então eu acho que nós estamos num momento aqui, de fato, de dar visibilidade à sociedade de que a nossa Comissão não está empurrando a reforma com a barriga, mas estamos construindo um calendário sério para votar uma proposta este ano. Esta proposta quase que certamente não produzirá efeitos para a eleição municipal, porque seria temerário tentar aprovar uma reforma para uma eleição no ano que vem, mas para 2014 nós temos acordo de que é possível produzir mudanças importantes.

Portanto, gostaria de sugerir que nós estruturássemos um calendário para pós-período de audiências públicas nos Estados para fazermos, digamos assim, a fase de estruturação e de afunilamento das nossas reflexões aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao Relator.



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, pedi a palavra para uma breve intervenção, depois ouvir os colegas e, talvez, falar mais ao final da reunião.

Eu também tenho esta leitura. Primeiro agradeço a presença do nosso Presidente ontem no Estado do Rio Grande do Sul. Tivemos uma excelente audiência pública na Assembleia Legislativa e uma repercussão muito grande nos veículos de comunicação. Para que se tenha uma idéia, os três programas de maior audiência de rádio do Rio Grande do Sul transmitiram ao vivo da Assembleia Legislativa todo o seu horário de programa, os três programas de maior audiência para assuntos políticos, vamos colocar assim, o que mostra que o tema com o qual estamos lidando pode não estar nas ruas com esta popularidade que outros temas podem ter, mas está, por óbvio, preocupando muito e envolvendo bastante a população.

Eu também já tenho uma visão de que o sistema de votação nosso, só para abrir um parêntese inicial, não será um sistema puro, nem de um lado, nem de outro. Quer dizer, nem um sistema puro distrital, nem um sistema puro de lista, tanto que, mesmo eu, que defendo a lista como sendo a melhor alternativa, entendo que ela é a alternativa que termina gerando um ambiente político de maior fortalecimento de projetos, etc. Não vem ao caso aqui fazer o debate, mas é o que percebo, porque já conversei praticamente com todos os colegas da Comissão e com muitos partidos. Eu já tive oportunidade de reunir-me com grupos representativos desses partidos. Inclusive esta semana terei, provavelmente, mais três ou quatro reuniões. Por exemplo, estou aguardando a confirmação para participar da reunião-almoço da Liderança do PCdoB, até para o Relator já poder resolver o problema do almoço por conta do Partido Comunista do Brasil, para diminuir as despesas do Relator também. *(Risos.)*

O Deputado Sirkis está organizando isso com o PV, e também, como já falei com o Presidente, havia falado com o Deputado Mendes Ribeiro e outros, nós vamos ter esta semana provavelmente uma conversa com alguns Parlamentares do PMDB. Já falei com o Deputado Marcelo Castro e também com a Deputada Íris.

Então, nós vamos caminhando para um sistema misto. Os sistemas mistos, não vou nesta fala rápida aqui entrar no mérito de cada um, mas entendo sobre um



tema em que tenho sido questionado por alguns e quero expressar a opinião do Relator, que sempre está aqui para ser convencido e tentar convencer a Comissão para compor maiorias. Eu não acho adequado apresentar um fatiamento da reforma, e explico por quê. Porque, se nós tentarmos adivinhar dois pontos de consenso ou de ampla maioria, para não usar a palavra “consenso”, que é inadequada, o que vai ocorrer? Nós vamos perder um tempo enorme para definir o que seriam os dois pontos.

Segundo, esses dois pontos podem nos levar a uma compreensão da sociedade simplificada de que a reforma vai ser só aquilo. Então vão pensar: *“Bom, mas todo este debate sobre a reforma política para, por exemplo, mexer só nas coligações e na fidelidade?”* Não é isso o que a Comissão quer. Eu percebo isso, pela fala dos colegas.

Então, mapeadas as conversas que estou tendo com as bancadas, na verdade, sete ou oito temas que mexem estruturalmente no nosso sistema político começam pela sistema de votação. Concordo com o Deputado Sirkis de que não há como partir para o resto se não definirmos o essencial, que é o sistema de votação, e, junto com o sistema de votação, a questão do financiamento.

Eu entendo que o melhor método para trabalharmos... O Presidente me mostrava aqui agora que a última audiência pública que a Comissão marcou é para o dia 10 de junho. Então, nós podemos trabalhar com a hipótese de, logo após esta última audiência pública, eu, depois de ter tido a conversa com todas as bancadas, de ter feito a chamada negociação correta, política, a negociação daqui a 30 dias, apresentar o relatório, que seguramente sofrerá críticas de alguns colegas. Aí podem ficar à vontade. O Relator sabe que sua função é ouvir críticas e também algum elogio, quando concordarem com ele. E o que vamos fazer? Vai haver provavelmente emendas dos colegas de caráter aditivo. *“Ah, o Relator não se posicionou sobre tal tema.”* Eu entendo que devemos nos posicionar. Vamos, portanto, analisar essa proposta. Se ela tem maioria na Comissão, pode ser agregada ao relatório. Mas eu prefiro colocar uma peça que tenha lógica do ponto de vista da mudança do sistema político, e não algo isolado que podemos terminar com um remendo. Não é isso que estamos buscando aqui.



Se o tempo nos permitir, vamos falar de uma hipótese. Por exemplo, se a maioria da Comissão pender para uma ideia de que as eleições devem ocorrer no mesmo ano, a chamada coincidência do ano, é óbvio que isso vai determinar uma mudança em algum dos mandatos. Eu tenho a inclinação de sempre mudar neste caso o mandato de prefeitos e vereadores, para que não pareça dúvida de que a mudança foi feita por nós Deputados para conceder um mandato maior para Deputados e gerar uma distorção de debate na opinião pública. Feita essa escolha, nós rapidamente podemos fazer a composição dessa eventual mudança. Se não for feita essa escolha, não há por que mexer no tempo de mandato de prefeitos e vereadores. Mas, se a escolha cair sobre esse terreno, nós faremos o ajuste.

Por fim, Sr. Presidente, pela presença aqui de muitos colegas, todos sabem que tenho apresentado como sugestão de sistema de votação o sistema proporcional misto, o direito a dois votos para o eleitor, porque eu entendo que ele traz uma vantagem, que é a do sistema proporcional, no sentido de permitir que minorias, minorias representativas, evidentemente, expressem-se melhor na democracia. Quando se estabelece uma parte do sistema como distrital, a eleição é majoritária. Por exemplo, em homenagem ao Deputado Sirkis, um voto de caráter ambientalista que o PV disputa tem muita dificuldade de ganhar alguns distritos, porque não é um voto que tende a ser majoritário neste momento. A metade dos votos de lista parece ser um grande consenso, porque tanto no distrital misto, como no proporcional misto, como no distritão misto, vamos chamar assim, porque também é uma hipótese, todos falam de uma metade eleita através de uma lista preordenada de forma democrática. Então estamos analisando o segundo componente do sistema.

Esse sistema proporcional com dois votos, vota na lista, vota no partido e depois vota no Deputado de sua preferência, tem um aspecto que é uma vantagem, do meu ponto de vista — sempre insisto, do meu ponto de vista; estamos aqui é para nos convencer mutuamente —, porque ele nos deixa com uma certa proximidade, como disse o Deputado Sirkis, do sistema atual. Se nós nos debruçarmos sobre como dividir os distritos do Brasil, mesmo que sejam a metade, por exemplo, o Estado do Rio Grande do Sul, se fosse distrital misto, teria 15 distritos. São 31 Deputados. Suponham que 16 seriam eleitos pela lista, 15 por



distritos. Pergunto aos colegas: vocês acham que um Relator teria condição de definir?

Estou falando do Estado que conheço bastante. Deputado Noé, meu conterrâneo, Deputado Elvino, como passar a régua? É fácil dividir, em 15 distritos, o número de eleitores por 15. Até aí nós vamos bem. Mas, quando se começa a fazer a divisão, nós encontramos uma dificuldade grande.

Eu acho que esse calendário é bom para que não parem dúvidas. Alguns dizem: *"Mas a Comissão está discutindo muito."* Não, nós vamos apresentar e, se for da vontade da Comissão, eu proponho essa data que o próprio Presidente sugeriu. Dia 10, haverá a última audiência pública. Dia 11, o Relator apresenta o relatório, e nós passamos a discuti-lo, a fazer mudanças nele, e aceleramos, de agora até o dia 10, as chamadas negociações com os partidos, com as presidências dos partidos e com os Parlamentares, para que o relatório chegue o mais perto possível das maiorias que a sensibilidade do Relator esteja encontrando. E aí se abre o processo de discussão e votação do relatório, com chance, sim, de que haja uma mudança para a eleição municipal, mas sem uma corda no pescoço de ter que fazer para que seja para a eleição municipal.

Se o sistema for bom e a sociedade entender que vai melhorar a política, isso será uma grande vitória do Parlamento. A solidez da mudança que vamos fazer é que vai ser muito mais avaliada pela sociedade. Eu disse isso na audiência pública em Porto Alegre ontem e vou repetir para a Comissão aqui, que é lugar onde tenho que falar sempre as coisas. Sobre um tema eu já tenho posição: eu sou a favor de um plebiscito depois de testar o sistema em duas eleições consecutivas. Pode-se chamar de "referendo", mas algumas pessoas dizem que a palavra não é esta. Eu estou estudando isso. Eu tinha dúvida, chamava de referendo, mas só entra em vigor a lei depois de aprovado o referendo.

Eu penso diferente, estou propondo para a Comissão. Nós vamos votar um sistema com a legitimidade que o Congresso tem para votar e com a responsabilidade que tem, vamos colocar esse sistema em prática em duas eleições nacionais consecutiva, e aí a população vai participar de um plebiscito no qual vai dizer se gostou ou não do novo sistema. Se não gostou, pede para voltar para o sistema anterior.



Estou sendo muito franco. Quem consegue organizar um plebiscito com esse volume de perguntas, dúvidas, etc., inclusive sobre quantos itens nós queremos mudar? Eu estou trabalhando com a teoria do foco. Não quero mexer em 20 coisas. Agora, até para fazer um plebiscito, teríamos que definir quais os temas que seriam questionados no plebiscito.

Então, a cláusula democrática parece-me que deve ficar para depois de experimentar o sistema. A população vai definir que sistema prefere. São só algumas sugestões para ajudarmos na reunião de hoje, para balizar nosso programa futuro.

Por último, Sr. Presidente, tenho ideias sobre o tema do Senado, mas tenho sido um pouco aconselhado — e tenho que ouvir aqui os meus colegas — a entrar menos na seara do Senado, para facilitar a tramitação das mudanças que vamos fazer aqui. Alguém já me sugeriu que o suplente de Senador poderia ser o Deputado Federal mais votado. Eu já levantei algumas outras hipóteses. Agora, o foco que temos que dar seguramente é o sistema, o financiamento e outras questões que temos discutido, como fidelidade, coligações, participação popular facilitada, e assim por diante, óbvio, não abrindo em demasia esse leque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O bom na democracia é que há ideia de todo tipo.

Com a palavra o nobre Deputado Sibá Machado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais amigos da Comissão, em primeiro lugar, quero falar sobre a data para Rio Branco, no Acre. Estamos sugerindo dia 3 de junho, sexta-feira. Para quem sair na quinta, há um voo que chega lá às 23h30min. Ao amanhecer, faríamos um café da manhã com a imprensa e colocaríamos o nosso Presidente e o nosso Relator para fazer uma coletiva. A expectativa no Acre é de que todas as Câmaras Municipais participem. Como no nosso Estado só são 22 Municípios, isso é possível. Os Prefeitos todos, todos os membros da Assembleia Legislativa, nós vamos ter uma reunião preparatória agora nessa sexta-feira.

Então eu insisto muito, porque há uma expectativa muito grande no Estado. O voo de lá para cá sai às 14 horas, chegando a Brasília às 18 horas. Sexta-feira é um dia que seria muito positivo. Faríamos tudo no turno da manhã.



Sobre o tema, queria solidarizar-me com o Relator, porque também acho muito complicado colocarmos pontos pescados do debate e apresentá-los à sociedade.

Há o risco também de haver um prejuízo da qualidade, porque tudo tem que estar amarrado em outros contextos. Nós estamos falando de um todo. Discute-se esse todo e apresenta-se uma coisa que depois só se viabiliza se outra situação também for aprovada. De repente, isso não ocorre. Como fica? Podemos cair em um prejuízo muito grande para a sociedade, para o Congresso e para o País.

Neste aspecto, eu também entendo que deveríamos apresentar um relatório para o debate e para a negociação. Esse relatório será fruto da expressão da vontade e dos entendimentos que serão feitos e do resultado final desta votação, primando, é claro, para irmos muito além de algumas datas que temos como marco. Por exemplo, na pauta de hoje fala-se da unificação das eleições. Se formos, de certa forma, abordar de fato e levar a cabo essa discussão, não poderemos mexer com 2012, a não ser, no meu entendimento, para prorrogar a data dos mandatos. Se vamos ter uma eleição conflituosa em 2012, cheia de novidades, que porventura não espelhe, no meu entendimento, o que há de mais salutar para este ponto, que é a unificação dos processos eleitorais, não tem jeito. Ou se faz um mandato esticado, ou se faz um mandato reduzido. Para 2012, deverá haver suspensão das eleições para haver coincidência a partir de 2014.

Com relação ao Senado, concordo que é um vespeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sibá Machado, V.Exa. poderia explicar melhor essa colocação acerca da impossibilidade, pelo que percebi, de uma alteração quanto ao tempo de mandato, unificação das eleições?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - No tema unificação das eleições com base na reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não entendi, confesso.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Com base na reunião anterior, pensou-se que, se é para ocorrer a unificação, tendo como data-base 2014, o mais salutar não seria haver uma eleição de 2 anos em 2012, mas o cancelamento das eleições de 2012, com prorrogação dos mandatos para 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Prorrogação de mandatos?



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - De 2012, vereadores e prefeitos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Prorrogar mandato?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sim. Foi o que apareceu aqui na audiência com o Ministro Nelson Jobim.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só para esclarecer, não é prorrogar mandatos que estão em vigor. No caso de se optar por levar as duas eleições para o mesmo ano, uma das eleições futuras terá que ter um mandato mais longo, senão nunca coincidiriam. Mas as futuras eleições. A expressão não é "prorrogar mandatos".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pelo amor de Deus, que fique bem esclarecido e que não saia desta sala a expressão "prorrogação de mandatos".

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sr. Presidente, o Relator não vai prorrogar mandato nenhum no relatório. Só se a Comissão quiser, por maioria, derrubar o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Possibilidade de mandato-tampão, cuja expressão é *"uma disposição transitória na Constituição, estabelecendo mandato de 2 ou de 6 anos para os próximos vereadores e prefeitos, considerando a possibilidade de unificação em 2014 ou 2018"*, mas mandato conquistado na urnas pelo processo democrático. Prorrogação de mandato para mim, por exemplo, nem por meio minuto. Confesso que não tinha entendido.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Não vamos entender uma colocação do Deputado Sibá pelo lado do mal, Presidente. Por favor, não vamos crucificar o Deputado Sibá, porque ele entendeu mal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Era só para sairmos daqui esclarecidos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Daqui a pouco vai parecer que o nosso Deputado Sibá está defendendo... Para ajudar o Deputado Sibá, o Relator esclareceu bem. Na discussão com Nelson Jobim e Ibsen Pinheiro, foi levantado que em uma das eleições iria haver uma modificação, para depois coincidir. Foi esse o entendimento.



O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - E o debate ainda avançou no sentido de como aproveitar o sistema eleitoral que está em curso na discussão. Desculpem-me se me fiz entender errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, eu é que entendi errado. Quem deve pedir desculpas sou eu. O que eu não gostaria é que saísse daqui, pelo menos com a minha aprovação, ou no mínimo omissão ou concordância, essa tese.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Até na questão que o Senado aprova de mudança do prazo da posse dos eleitos, isso não é um consenso, porque um dia a mais para a posse significa um dia a mais no mandato. É isso. Então, esse assunto está complicado. Não é fácil. Então, para tirar as dúvidas, vamos lá. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - É, tem que resolver. *(Risos)*

Então, sobre esse tema, o Senado aprovou uma ideia sobre suplência. O que eu quero dizer é que acho muito positivo, porque esse assunto nós discutimos também bastante, em 2006, sobre esse assunto de o Deputado Federal mais votado poder assumir. Mas, ao mesmo tempo, estava havendo um debate aqui que envolveu o Supremo Tribunal Federal para se saber se quem assume é o suplente do mesmo partido ou é o suplente da coligação.

Outro tema que está em discussão é se se acaba com as coligações que cada partido possui.

Então, as coisas são muito próximas umas das outras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há uma proposta que é no sentido de o suplente ser o Deputado Federal mais votado.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Isto, em 2006, foi discutido e debatido à exaustão lá. O relatório era do Senador Demóstenes Torres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E se o Deputado não quiser assumir como suplente do Senador?

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Aí é a minha pergunta. Eu estou só, de novo, dizendo o que eu ouvi nesses debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não sei porque isso.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Mas, então?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Há uma hierarquia? O Senado é melhor do que a Câmara? Eu, pelo menos, já experimentei um, estou experimentando outro e, com toda a sinceridade, prefiro a Casa do Povo. Com toda a honestidade!

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, quero terminar o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Um aparte, Deputado. E olhem que eu não fui candidato à reeleição porque o meu partido no Estado não me deu legenda. Mas lhe digo, com toda a sinceridade, que eu me sinto muito bem.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E esse debate entre dois Senadores aqui é importante sobre a suplência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Até porque vejo mais calor e mais cheiro de povo nesta Casa.

O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO - Pois, então, o que quero dizer é exatamente que a proposta foi discutida no Senado sobre... E o Relator acabou de lembrar isso. Deve ter escutado de alguém e foi o que ouvi em um debate na CCJ do Senado. O Relator Demóstenes Torres apresentou essa proposta: o Deputado mais votado poderia assumir a suplência do Senado.

E ao fim, ao cabo, chegou-se à conclusão de que o melhor dos mundos é o que foi aprovado. Há um suplente que só fica no mandato até a eleição seguinte, mesmo que essa eleição seja municipal. Ela não pode se esticar depois, em caso de vacância. Isso é o que foi aprovado.

Portanto, o que quero dizer com tudo isso é que o meu medo é que a gente discuta pontos, digamos assim, extraídos do debate, que podem trazer prejuízos lá na frente. Estou concordando com o Relator, no sentido de apresentar um texto, o mais amplo possível, e dele, sim, poderemos discutir e fazer os encaminhamentos que forem necessários.

Agora, a minha opinião pessoal sobre o ponto eu defendo. Tanto é que sou autor de matéria sobre coincidências eleitorais. E quero muito que pudéssemos — ouviu, Relator? — estender toda interpretação do que significa fidelidade partidária para mandatários do Parlamento, estender também aos partidos se se mantiverem as coligações, mesmo que apenas para coligações majoritárias.



E por que digo isso? Se nós vamos ter coincidência de mandatos, que é uma coisa que defendo e quero debater bastante, os partidos que formarem uma coligação no ano de suas posses, para concorrer até a essa eleição, teriam que ficar juntos até a eleição seguinte. Nós não podíamos ter migração do partido também, não só do Parlamentar, mas também do partido, porque isso dá uma garantia mínima das alianças políticas duradouras. Firmado um compromisso com uma doutrina, com plano de governo, sei lá, como uma visão de país que se tem, deve-se estender isso, no meu entendimento, também ao partido político.

Então, esse é um dos ganhos não apenas financeiro, porque se discute que o Brasil viveu um tempo de jejum eleitoral e agora nós passamos quase a uma banalização eleitoral. Uma eleição a um ano, sim; a um ano, não.

Então, todas essas preocupações me levam a acreditar que a discussão da unificação dos mandatos, de Vereador a Presidente da República, é muito importante.

E mais: ouvi uma crítica, inclusive dentro do PT, de que isso pode inibir a municipalidade. Os Municípios poderão estar, digamos assim, esquecidos do debate eleitoral. Pois eu vejo pelo contrário! Eu vejo pelo contrário porque nós temos que amarrar os programas de governo à aliança nacional, como assim foi interpretada a verticalização. Quer dizer que a aliança nacional se estende aos Estados e aos Municípios. Então, nós teremos um candidato a Presidente da República amarrando seus compromissos com os governos estaduais e também com os governos municipais.

Esta é a compreensão que eu tenho e a defesa que eu faço para o debate na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, quero saber se o meu nome ainda está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Sr. Presidente, meus caros colegas, nós estamos discutindo aqui o sistema eleitoral, esquecidos de que, para mudar o sistema atual, que está na Constituição, seria preciso uma PEC. Nós temos o sistema proporcional com lista semiaberta. E, se nós formos mudar para a lista



fechada ou para o distritão, é preciso haver uma modificação na Constituição, porque nas listas semiabertas vota-se no partido e no candidato. No sistema de lista fechada, não há o voto direto previsto no art. 14 da Constituição. É um voto indireto, porque se vota no partido para eleger o Deputado. O Deputado não recebe mais voto. Isso já foi pacificado, porque o próprio Senado acabou por reconhecer que, para se fazer essa alteração, era necessária uma emenda constitucional.

Esta Comissão, ao que parece, não está autorizada a votar PECs, a menos que venha alguma PEC para cá e façamos uma substituição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só um aparte, colega Deputado Vicente Arruda.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Pois não.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Na realidade, nós já requisitamos, e o Presidente Marco Maia constituiu uma Comissão Especial para analisar uma PEC que já está pronta para ser votada com seus apensos. Eu e o Presidente estamos ligando e pedindo para que todas as bancadas indiquem os mesmos componentes para a Comissão Especial que se vai constituir para a análise dessa PEC.

Então, nós temos essa possibilidade, caso seja necessária. Agora, a consultoria que até agora nós obtivemos, é evidente que isso nunca é uma ciência exata, é de que, mantendo a visão proporcional no sistema, nós não estamos alterando o preceito constitucional que fala sobre uma democracia desse caráter. Então, nós poderíamos fazer a mudança com o projeto de lei se for mantido o componente proporcional.

O SR. DEPUTADO VICENTE ARRUDA - Não, porque se muda radicalmente a maneira, o sistema de votação. No sistema atual, no voto direto, vota-se no candidato, opcionalmente poderá utilizar-se a legenda. No caso da lista fechada, só se votará no partido. É mesmo uma mudança substancial e histórica em nosso sistema. Mas isso é uma questão de mérito.

Agora, eu gostaria de rememorar aqui a palestra que o Ministro Jobim fez na quinta-feira passada. Ele fez uma bela exposição sobre a política do Rio Grande do Sul. Disse que, naquele Estado, os partidos não têm programa nem ideologia, tem generalidades. Que a votação para Deputado não era uma representação, mas uma



representação estadual. Que os partidos, por conseguinte, não tinham caráter nacional, ao contrário do que ele defendeu, quando era Ministro do Supremo e votou pela verticalização.

Se nós não representamos a vontade nacional, mas a vontade do Estado, os partidos não têm significação nacional. Então, nós poderíamos ter partidos regionais. Aí, imaginem o que iria haver.

Por outro lado, ele disse o seguinte: a fim de angariar votos, os partidos escolhiam jogadores de futebol, artistas, homens de rádio e de televisão, e quem tivesse algum contato com a massa.

Se os nossos partidos não têm ideologia, não têm programa, não vão governar, como é que nós vamos adotar um sistema de lista fechada? A menos que nós, também, possamos levar de novo os jogadores de futebol, os artistas, para angariar os votos. O que os partidos vão dizer aos eleitores? Como é que eles vão atrair os votos, se eles não têm programa, se todos os programas são iguais em todos os partidos? Como é que nós vamos fazer com haja um interesse ao eleitor para que vote no partido? É uma mudança muito radical, não condiz com a história da nossa República, que sempre adotou para o Congresso Nacional o voto proporcional.

Mas, se nós votarmos o distritão, porque é impossível retalhar agora o País em distritos, em cada Estado, vamos ter uma incoerência. São dois sistemas: um é majoritário e o outro proporcional. O próprio Ministro Jobim achou que, quando o voto majoritário fosse pelo distritão, ia acabar com os partidos, porque cada um iria fazer um partido para se eleger. Então, há uma incongruência. Os dois sistemas não podem conviver.

Na Alemanha existiu isso, porque a Alemanha estava ocupada, os aliados não queriam ressuscitar uma liderança nacional e fizeram o voto distrital e o voto proporcional, mas de caráter nacional. O segundo voto das pessoas na Alemanha é para o Parlamento Nacional. Não é mais de caráter estadual.

Então, vejam que estamos mexendo com coisas diferentes. O que se acusa do sistema atual? É que ele causa corrupção, que ele é muito dispendioso. E o voto distrital também será menos dispendioso? Nós sabemos que, na votação direta para Presidente, Governador e Prefeito, o dinheiro corre solto, e ninguém fala. Só se fala



da Câmara dos Deputados. Nós é que somos corruptores, nós é que andamos bagunçando o sistema, desmoralizando as instituições políticas.

Eu não vejo por quê. Se houver o voto em lista fechada, não vai haver corrupção? Vai, porque os partidos vão precisar gastar dinheiro para poderem convencer e levar os eleitores às urnas. Eles não têm mensagem; eles não têm apelo!

Nós vamos ter uma briga muito maior. O Ministro disse que, no sistema atual, o maior adversário era o seu companheiro de partido. Mas lá vai ser muito pior, porque a luta vai anteceder as eleições, vai ocorrer internamente no partido, vai correr dinheiro, cada qual querendo o primeiro lugar na lista, porque sabe que, se ficar no terceiro ou no quarto lugar, não vai eleger-se, não terá a menor chance, já sairá perdendo, não vai participar do pleito eleitoral.

Então, nós precisamos meditar muito sobre essas coisas. Eu fico muito preocupado, porque nós só pensamos, em matéria de reforma política, no sistema da votação para a Câmara dos Deputados. Nós não pensamos na reforma do sistema de governo.

A questão, por exemplo, dos suplentes é uma coisa irrelevante. Se o suplente não é votado, o Vice-Governador também não é, o Vice-Prefeito também não é, o Vice-Presidente também não é. Isso seria ilógico, nós darmos para o adversário do Senador eleito, no caso do seu impedimento, a votação. Isso iria contrariar a vontade do eleitor.

Então, o suplente acompanha a ideologia, o programa e o partido do candidato que ficou impedido, como ocorre com o Vice-Presidente.

Eu acho que essa é uma questão que não deve ser tocada, não tem a menor importância. Agora, o que me causa estresse é o fato de o nobre Relator ter falado de algo inédito: aprovarmos uma lei e, depois, o eleitorado votar para saber se gostou ou não.

Ao contrário. Deveríamos saber. Se vamos fazer uma mudança e achamos que o povo não a quer, temos de submetê-la previamente para que ele decida se quer permanecer com o esse sistema ou se quer fazer alguma mudança. Mas, depois de dois pleitos, o trabalho ser todo posto fora?! Considero realmente



inacreditável que possamos colocar em execução um sistema eleitoral, levá-lo à votação durante oito anos seguidos, e, depois, mudar, voltar ao antigo.

Então, isso mostra que não estamos realmente seguros quanto ao trabalho que ora fazemos. Não sabemos se o povo vai aceitar ou não. Acho que se vamos fazer um referendo, que o façamos na forma da Constituição. A lei só poderá entrar em vigor depois. Aí, então, haverá uma campanha de esclarecimento ao eleitorado para que ele possa votar. Não vejo razão na proposta.

Além disso, acredito que essa questão da reforma não é um sentimento popular, não está no âmago do povo brasileiro, que não está participando desse movimento. Isso é uma coisa feita pela imprensa e por alguns setores da opinião, porque o povo brasileiro vota em peso, maciçamente, comparece a todas as eleições, com menos de 20% de ausência. Então, se ele está insatisfeito com o sistema, não vai comparecer às eleições.

E não se diga que é porque o voto é obrigatório, porque, como disse o Ministro, pode-se justificar não votar e pagar uma multa de 3 reais. Então, o povo vai porque quer votar. E nós temos de dar um pouco de tempo para que o sistema funcione. O sistema da democracia brasileira está funcionando muito bem. Temos apenas 20 anos de experiência democrática. Os partidos estão se consolidando, estão criando uma cultura nova, e se mudarmos a cada instante, começaremos sempre de novo, como um trabalho de Sísifo: subimos a montanha rolando a pedra, e, quando chegamos lá, a pedra cai, e começamos tudo de novo.

Devemos meditar muito bem no que vamos fazer. Submeto-me à vontade da maioria, não quero ser o dono da verdade, mas insisto em que, para fazer essa mudança, temos de mudar a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, nobre Relator, na verdade, defendo a ideia de que, a partir de agora, o Relator deve procurar sistematizar um conjunto de ideias senão prioritariamente definidas, pelo menos que representem a média desta Comissão.

Se não o fizermos, correremos o risco de terminarmos em nada. Pode ser um caminho. Mas, quando esta Casa, optou por montar a Comissão Especial, elegeu um Presidente, um Relator, estabeleceu um cronograma político de audiências



públicas, de debates entre nós, de conferências, de palestrantes, enfim, mostrou que procuraria chegar a algum termo, encontrar algum caminho, ainda que as questões todas fossem divergentes.

E já sabemos quais são as questões centrais que nos dividem neste plenário da Comissão Especial. O Relator, com a sensibilidade que lhe é peculiar, saberá mediar para que, ao votarmos as questões centrais, elas sejam votadas a partir do protagonismo de S.Exa.

Não sou adepto da forma como isso foi feito no Senado, Presidente, de votar isso, isso e aquilo, sem sequer se ter um texto — ainda vão levar para a Comissão de Constituição do Senado, e sabe-se lá como vai ser esse texto. Parece-me que, como foi feito no Senado, vai haver muita dificuldade de sistematizar o que está sendo votado. Como vão se transformar em projeto de lei ou em PEC aqueles 13, 14 ou 15 pontos definidos no Senado?

É claro que respeito as opiniões divergentes. Mas, pergunto, há consenso na Comissão? É possível construir um acordo em torno do financiamento público? É possível avançar? Então, vamos avançar. Porque muitos se mobilizaram aqui e defenderam a tese do financiamento público pelas razões que já conhecemos, a exemplo do uso do poder econômico, enfim, não vou nem entrar no mérito disso, quero ajudar o Relator no trabalho daqui para a frente, enquanto as audiências estão se desenvolvendo.

Quanto à questão da fidelidade, que síntese vamos buscar construir em torno das grandes teses, do distritão, do voto em lista pré-ordenada ou do distrital misto? O que é possível? O nobre Relator deve ter, e eu o inquiri nesse sentido, delegação desta Comissão para construir esses acordos no plenário, a fim de podermos concretizar alguma coisa, Presidente. As audiências estão acontecendo.

No meu Estado, fizemos dois grandes debates, claro que não estava presente a Comissão. Mas, com o Deputado Berzoini, reunimos mais de 500 lideranças e fizemos um debate na Assembleia, para o qual eu e o Deputado Mauro Benevides fomos convidados, assim como um Ministro do STF. Foi um grande debate que lotou a Assembleia. Claro que cada Estado está fazendo. Como sei que a Comissão oficialmente não vai lá, estamos fazendo a nossa parte.



O certo é que já há um certo caldo na discussão, dentro e fora da Comissão, e uma boa expectativa para discutir o que vamos apresentar. O estado de espírito está bom. É claro que há uma discussão, como ressaltou o Deputado Vicente Arruda, acerca de uma questão preliminar. Entende S.Exa. que aquilo que está circunscrito na Constituição só poderá ser objeto de alteração por meio do mecanismo nela existente. Entendi bem, não é Deputado? Mas o debate que estamos realizando nos leva a ter de apresentar alguma coisa para a sociedade.

Agora, é necessário que o Relator coloque no papel o que pensa sobre o apanhado geral, para avançarmos, para negociarmos com o PSDB, que defende majoritariamente a tese do distritão misto; com a parte do PMDB que defende o distritão puro; com o PV, o distritão misto; com o PT, a lista pré-ordenada fechada. E claro que não será a partir do ponto de vista do PT — e nós somos do PT, o Relator e eu — que S.Exa. vai relatar o que pode ser extraído da Comissão Especial.

Para nós, do PT, podemos avançar, e não necessariamente apenas nas nossas teses, mas naquilo que for o melhor para fortalecer o sistema partidário brasileiro. É disso que se trata. Concluo dizendo que é no modelo atual que estão as principais deformações. Não há programa, não há partido, não há isso e aquilo. Vamos avançar, claro, com todos os riscos — e lembro a ideia apresentada na reunião passada: vamos testar o sistema e, daqui a 2 anos, fazer um plebiscito para ouvir a população a esse respeito.

Então, na minha opinião, podemos debater tudo agora. Para o bem da Comissão, não podemos terminar, Presidente, votando uma lista de temas isolados. Na realidade, esse não é o caminho.

O Relator pode, sim — e, pelo menos da minha parte S.Exa. tem toda a autorização para tanto, embora, evidentemente, isso passe pelas bancadas —, ir avançando no texto. Já estamos em meados de maio, e para mim seria muito importante que, antes do recesso, pudéssemos indicar um caminho.

Pode até o Plenário da Câmara não querer nada, mas penso que deveríamos sinalizar alguns pontos importantes, até como respaldo e para mostrar que trabalhamos. Afinal de contas, todas as terças-feiras passamos a tarde toda sentados aqui, uns mais e outros menos. O fato é que temos com o País a



responsabilidade de apresentar uma alternativa. Isso não pode não dar em nada. E podemos, sim, avançar.

Permita-me dar um conselho, uma sugestão, Sr. Relator, mas V.Exa. já deveria ir indicando qual o caminho a ser seguido.

Termino dizendo que todos já entenderam o sentido das observações do Relator, o Deputado Henrique Fontana. S.Exa. já explicitou algumas de suas ideias. E podemos, sim, levar politicamente a Comissão a uma coesão em torno do Relator.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, ouvi com muito otimismo o que há pouco disse o Deputado Henrique Fontana sobre o que pensa a respeito do encaminhamento dos trabalhos.

Atualmente, paira no Congresso forte sentimento de que não vamos chegar a canto algum, o que é lamentável. Confesso acreditar que vamos, sim. E já ouvi isso do Presidente, do Relator e de outras pessoas que estão, na verdade, se debruçando sobre esse trabalho, acompanhando tudo que o cerca. E, nobre Relator, é preciso termos na cabeça que precisamos fazer uma reforma política para o Brasil. Acho que isso é ponto pacífico para a maioria. Por isso foi criada esta Comissão.

É fundamental uma reforma política. Da forma como está, a lei precisa ser mudada. Temos consistência e provas disso. O Legislativo, a cada Legislatura, vem perdendo essência e afastando da vida pública muitos homens brilhantes que, por falta de recursos, não podem mais conviver no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas.

Temos de pensar que, se não é possível fazermos a reforma para a próxima eleição, podemos fazê-la para as outras adiante, porque, muitas vezes, o sentimento de que uma decisão que será tomada nesta Comissão pode nos prejudicar ou prejudicar o nosso partido, queiram ou não queiram, nos influencia e nos acomoda, levando-nos a dizer: “*Então, deixa como está*”. Mas, como está, não pode continuar.

Pude perceber nas entrelinhas do que disse V.Exa., que precisamos pensar no Brasil e pensar adiante. Se não é possível fazermos a reforma para a próxima eleição municipal, que a façamos para as de 2014 ou, até mesmo, para a eleição



que ocorrerá daqui a 8 anos. Mas é fundamental que tenhamos um norte, porque a credibilidade do Congresso Nacional está sendo testada, e precisamos responder a isso. Temos legitimidade para discutir, sim. Temos. Todos que estão aqui foram eleitos pelo voto do povo. Por isso, temos legitimidade.

É importante ouvir o povo? É. Concordo com V.Exa. quando diz isso, mas uma coisa me preocupa muito: a possibilidade de um plebiscito. O plebiscito tem de ser uma coisa resumida, direcionada. Como se pode fazer um plebiscito com 20 ou 25 perguntas? Isso vai embananar a população, que não vai chegar, muitas vezes, a ter certeza do que realmente quer. Então, quero apenas registrar esse meu posicionamento e aqui reverberar o que ouvi, não me recordo de que Deputado. Mas é importante.

Depois das visitas que estão sendo feitas para ouvir a sociedade, sugiro que façamos uma agenda de votação de temas que vamos abordar, porque, criando essa agenda, vamos forçar que cada reunião seja objetiva sobre o tema que vai ser votado nas próximas reuniões. Então, no meu entender, a agenda é um ponto primordial no encaminhamento dos trabalhos, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de passar a palavra ao Deputado Daniel Almeida, quero dar apenas uma explicação rápida. Desde o início nós estamos trabalhando com agenda. O que sentimos, por parte de alguns, não de V.Exa., é um certo desprezo pelo debate e por ouvir a sociedade.

Por exemplo, na Ordem do Dia de hoje está expresso que a reunião foi convocada com o objetivo de darmos continuidade ao debate sobre processo eleitoral e propaganda eleitoral e debatermos unificação das eleições e suplência de Senador e Deputado. Isso é agenda. E existem pré-agendados 20 itens, audiências de debates às terças-feiras...

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não é com V.Exa. É um esclarecimento geral.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Não, eu sei.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Audiências públicas às quintas-feiras e debate com a sociedade, pelos Estados, às sextas-feiras e às segundas-feiras.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Permita-me só concluir.

Nós estamos com a previsão de conclusão dos debates exatamente para o dia 10 de junho. Ou seja, após esse dia, será apresentado um parecer que vai ser objeto de distribuição e discussão, um parecer, me parece, com conclusão em propostas de emenda à Constituição, se for o caso; projetos de lei complementar, se for o caso; e projetos de lei ordinária, se for o caso, para serem discutidos. E daqui sairão, exatamente, propostas concretas, consubstanciadas em proposições, de acordo com o que a lei complementar estabelece para o processo legislativo. Ou seja, está tudo dentro de um cronograma.

Nós não podemos perder a oportunidade e, por exemplo, se esta reunião foi convocada para discutir suplência de Senador e coincidência de mandatos, ficarmos na mesma cantilena de que é preciso antecipar, de que é preciso... E aí nós não antecipamos, porque já existe um cronograma deliberado, e não discutimos o que tem que ser discutido.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Fique à vontade V.Exa.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Quando eu falei em uma agenda, eu me referi a uma agenda de votação de determinados temas. Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sobre a votação, é aquilo que eu acabei de dizer. Após o dia 10 de junho, quando já estarão concluídos os debates pelos Estados, encerradas as audiências públicas aqui, o Relator estará preparado, pronto para apresentar o parecer descritivo e conclusivo, com apresentação de propostas de emenda à Constituição, se for o caso; projetos de lei complementar, se for o caso; e projetos de lei ordinária. Na ocasião, teremos tempo para debate, para apresentação de emendas, para apresentação de outras proposições, para destaques, enfim, para tudo isso. Esse é o agendamento que nós temos.



Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, quero reconhecer o esforço que V.Exa. tem feito para que esse debate continue, se intensifique e para que a sociedade o acompanhe. Penso que nós estamos fazendo isso. As audiências públicas, até o dia 10, cumprirão também esse objetivo, e é muito importante que nós possamos valorizá-las com a nossa presença. As experiências iniciais indicam que existe um vasto espaço a ser preenchido com as audiências públicas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Sibá Machado, por gentileza.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Quero cumprimentar o Relator também, que tem feito esse esforço. Nós temos confiança de que o Relator, que teve que se ausentar neste momento, terá capacidade de extrair desse debate a média daquilo que está sendo exposto pelos Parlamentares e pela contribuição que tem chegado dos palestrantes, dos debatedores e das audiências públicas que estamos realizando.

Eu penso, Sr. Presidente, que essa intenção de buscar esse horizonte do dia 10, intensificando os debates públicos e os debates aqui na Comissão, procurando afunilar reflexões e opiniões sobre os diversos temas, é um caminho correto, um caminho adequado. Penso, e repito, que há alguns temas que são mais caros e que dependem de aprofundamento da nossa reflexão e de deliberação. Nós temos que fazer o esforço máximo possível para tratar deles. Todos são importantes, mas financiamento de campanha me parece que é a espinha dorsal, é a estrutura principal das mudanças que a sociedade brasileira exige. Sistema eleitoral também é. Na minha opinião, são os dois grandes pilares do processo político-eleitoral e que se articulam e se fundem para a conclusão dos trabalhos.

Eu dizia, Relator, que confio na capacidade de V.Exa. de extrair toda essa reflexão que está sendo feita. Não é fácil. A tarefa é muito complexa, difícil. E quero desde logo convidar V.Exa. para o jantar, no dia 25, da bancada do PCdoB — de amanhã a oito.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Com vinho gaúcho ou com vinho baiano feito na região do São Francisco?



O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - O vinho fica por conta de V.Exa. Mas tem vinho bom.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas depois de debater todas as propostas. O vinho só depois de debater as propostas.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu vou servir uma cachaça boa da Bahia, depois da reunião.

Preocupa-me sobremaneira — e sei que esta é uma Casa política — o fato de que em nenhum tema, principalmente nesses dois grandes pilares que eu citei aqui: financiamento e sistema eleitoral, nós temos ainda condições de dizer que existe maioria, que se for a voto nós temos maioria sobre uma proposta acabada. E, se não há maioria, nós temos que fazer o exercício para buscar alcançar maioria na Comissão e no plenário.

Todavia, preocupa-me sobremaneira a hipótese de nós buscarmos uma solução intermediária que tente misturar coisas que podem não combinar. Isso me preocupa.

Quando falamos em financiamento público, eu tenho uma opinião sobre o financiamento público que pode não coincidir com a opinião de outros. Na minha opinião, financiamento público é integralmente público, exclusivamente público, para todas as disputas eleitorais. É a minha visão sobre financiamento público. E vejo alguns afirmando que não é possível caminhar nessa direção e que nós poderíamos misturar o financiamento exclusivamente público com algo privado.

Eu não sei se nós vamos encontrar uma boa solução nesse caminho. Nós podemos fazer a contaminação daquilo que pode ser um salto extraordinário. Se nós tivermos algo público e algo privado, financiamento público para algumas disputas e privado para outras, eu tenho temor de que esse não seja um caminho que vá produzir bons resultados.

Precisamos fazer mais reflexões e mais debates sobre as vantagens e desvantagens, sobre as possibilidades que nós poderíamos ter nessa construção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Daniel Almeida, V.Exa. me concede um minuto?

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pois não. V.Exa. terá a palavra na hora que desejar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nessa reflexão que V.Exa. propõe, eu pediria que incluísse o seguinte aspecto: já que há uma divergência entre público e privado, que se pensasse também na hipótese de um financiamento misto, envolvendo o privado, não necessariamente de pessoa jurídica, mas exclusivamente de pessoa física, sobretudo por ser um direito do cidadão contribuir para a bandeira que ele defende, senão estaríamos a castrar o direito do cidadão de contribuir. Mas que em qualquer das hipóteses, do privado e de ambos, público e privado, fosse diretamente para o partido, proibida a doação e a realização de gasto de candidato, que não abriria conta, não receberia recursos, não faria gastos de campanha, mas exclusivamente o partido, frise-se, em qualquer dos sistemas.

Embora tenham repetido aqui, por diversas vezes, que o sistema de financiamento público só serve para o sistema eleitoral em lista fechada, preordenada, convenhamos, não é verdadeiro. Essa premissa não é verdadeira, porque, se os recursos são públicos e se o sistema eleitoral é em lista fechada preordenada, os recursos vão para o partido. E o partido gasta em quê? Em programas de televisão, rádio, cartazes, panfletos, adesivos, carros de som, comícios. O que impede que essas despesas sejam feitas pelo partido, distribuindo o material ou o serviço entre os candidatos, no sistema majoritário, na circunscrição ou no distritão? Alguém aqui me apontaria alguma dificuldade ou impedimento para essa hipótese?

Quero ressaltar com isso dois aspectos. Primeiro, que não se deve condicionar financiamento público a sistema eleitoral. Não tem nada a ver.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Nobre Presidente, faço uma reflexão. Quero dizer que não compartilho da tese de que o financiamento exclusivamente público só pode ser feito com a lista preordenada. Não compartilho dessa tese. Podemos desenvolver melhor isso. Acho que a lista preordenada facilita a fiscalização e a distribuição dos recursos, mas não compartilho da tese de que só há um jeito de se fazer financiamento público exclusivo, que é com a lista preordenada. Não quero desenvolver isso agora, porque o tempo é curto.

Na linha de preocupações a respeito da tentativa de se misturarem coisas que são diferentes, quero também fazer uma reflexão sobre o sistema eleitoral.



Defendo lista preordenada para o preenchimento das vagas da Câmara dos Deputados — exclusivamente preordenada. Lista fechada já temos. A lista hoje já é fechada. Depois da convenção eleitoral, não se abre mais a lista. Ela está fechada. A diferença é o seguinte: a lista hoje é fechada e pós-ordenada, e o que eu defendo é a lista fechada preordenada. Essa é a diferença. As convenções continuam deliberando sobre lista, cujo tamanho é definido pela lei.

Preocupa-me...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Por esse raciocínio, em qualquer sistema a lista passa a ser fechada.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - É fechada. Hoje ela é fechada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Na minha visão, a expressão “lista fechada” refere-se exatamente àquela cuja ordem o eleitor não pode alterar.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - É preordenada. Acho que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Exatamente. Ou alterar a ordem da lista. Ou alterar a ordem da lista.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Discussão semântica. Eu entendo que a lista é fechada.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Vou só fazer uma brincadeira aqui: o Relator está sentindo que estamos começando a caminhar para aquele ambiente de decisão. O pessoal começou a disputar a ideia: “*Essa vai para o relatório, essa não vai*”. Está ficando boa esta Comissão.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Pois é, essa reflexão é muito importante.

A minha preocupação é com essa tentativa justa, correta, política, pois estamos fazendo um debate político, de misturar as coisas. Misturar voto majoritário para Deputado com voto proporcional, voto distrital com voto em lista preordenada, preocupa-me, pois o resultado poderá fazer com que a sociedade absorva somente as mazelas de um ou de outro sistema.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Na minha terra isso tem dois nomes bem populares: um deles é sarapatel de coruja; o outro é a junção de caranguejeira com cavalo do cão.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Eu não pretendia fazer uma intervenção que causasse tanta polêmica, mas acho que faz parte, Sr. Presidente, nobre Relator, das reflexões que precisamos fazer. Se estamos pensando em afunilar o debate, nós precisamos levantar os elementos que podem justificar um ou outro sistema e os riscos que podem decorrer disso. Devemos fazer a reflexão coletivamente.

Preocupa-me esse processo que citei. Não estou querendo, com isso, imaginar que qualquer das teses aqui deva ser fixada e que se busque uma maioria, porque não se conseguirá. Temos de mediar. Esse é o papel do Relator. Temos de ouvir todos, para buscar um ambiente de mediação. Mas preocupa-me que o resultado seja esse.

Para não dizer que não falei dos temas que foram sugeridos, com relação à coincidência de mandatos, acho importante tratar deste assunto.

Nós estamos sempre envolvidos com eleição. Acaba uma eleição e já estamos engrenando na outra — Deputados, Prefeitos, todos nós —, e isso não é bom para o Brasil. O nosso partido ainda não tem posição a esse respeito, mas sou muito simpático à tese da unificação, da coincidência de todos os mandatos. Não se fala em prorrogação de mandato, mas sobre o tempo do mandato de Prefeito e Vereador. Defendo a tese de que, havendo coincidência, se faça a eleição em dias diferentes.

Convivo muito com o povo do interior, e V.Exa. sabe, sertanejo como eu do Nordeste, que não há quem impeça uma disputa local que trate de um tema local. É impossível! Você pode estar discutindo os problemas do planeta, mas o sujeito que está na disputa para Vereador e para Prefeito vai querer discutir só a eleição de Vereador e de Prefeito. E nós não devemos menosprezar o papel que tem a eleição para Vereador e Prefeito, mas também devemos discutir a eleição para Presidente da República, Senador, Deputado e Governador. Penso que, se nós fizermos a coincidência de mandatos, devemos explorar a hipótese de fazermos as eleições em dias diferentes: uma no início do ano, outra um mês, dois meses, quatro meses



depois, mas que não haja a coincidência da data da eleição. Além do mais, o processo é complexo em razão da quantidade de votos a serem consignados ao mesmo tempo.

Eram essas as contribuições que gostaria de trazer à reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente Almeida Lima, que estive no nosso Estado, o Rio Grande do Sul, cheguei ao final da audiência, porque tive de fazer um deslocamento longo, mas ainda consegui acompanhar uma bela audiência pública. O Deputado Henrique Fontana, nosso conterrâneo, estava lá como Relator.

Como é importante estabelecer debates, como é importante ouvir os Parlamentares, que têm a base de representação política, como é importante também ouvir os demais segmentos e ampliar a discussão. Nisso já há um acerto.

Existem sempre aqueles que são, por alguma razão, desmotivados ou não acreditam na eficácia e eficiência da sua parcela de contribuição. Acho que é um desafio para este Congresso, para nós que estamos com mandato, pelo momento que se apresenta, estabelecer uma relação de mudança e de melhoria no processo político e no próprio processo eleitoral. Isso é uma conclusão da sociedade.

Ontem à noite, houve um debate na *TVCOM*, em decorrência da nossa audiência pública, e eu estive lá para participar do debate. Depois, houve interatividade. Isso está acontecendo no Brasil inteiro.

Não sou membro da Comissão, estou introduzido aqui — pedi licença ao Deputado Esperidião Amin, já sou do Partido Progressista —, mas todos somos provocados a participar. Eu, naturalmente, tenho autorização também do partido para estar aqui falando e gostaria de colaborar.

Não adianta somente depois fazer a crítica. Temos que colaborar no momento da construção das ideias, no momento de estabelecer, como está sendo aqui trabalhado, um parecer, para termos um encaminhamento e termos os pontos de avanço para melhorar o País e o sistema político. É nisso que acreditamos. Por isso, atrevi-me também, junto com a própria assessoria do Partido Progressista, a colher ideias.



Na oportunidade anterior, não me lembro se faz 2 anos, votei contra o financiamento público de campanha. Veio a eleição, e eu entendi com mais propriedade que é necessário financiamento público de campanha, porque o modelo que está aí é um modelo falido, é um modelo impróprio, um modelo que estabelece relações — não queria usar a palavra comprometimento, mas é exatamente isso que faz — de comprometimento do processo político. Estabelece vínculos desnecessários, estabelece relações que ficam com amarras e não deixam condição de independência ao Parlamentar. Coloca o Parlamentar e o político em uma condição de necessidade. Se ele não tem estrutura financeira, fica atrás da concorrência. Então, está falido esse modelo.

Esse modelo corrompe. Esse modelo alimenta um processo que está desabonado pela sociedade e por nós mesmos. Quero dar o meu testemunho, inclusive pela mudança de posicionamento.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Permite-me um aparte, Deputado Afonso, pela força da sua fala?

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sim.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Esse sistema de financiamento privado tem um outro problema essencial: ele gera uma desigualdade permanente entre os candidatos e gera uma concorrência perversa. O candidato tem que correr atrás da máquina, porque se o outro com o qual ele está concorrendo conseguiu mais 500 mil reais para colocar na campanha, ele tem que correr atrás, porque tem que arrumar mais 500 mil reais também.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Esse modelo não é democrático.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - E a campanha fica cada vez mais cara.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Esse modelo não é democrático. Esse modelo é de quem consegue mais recursos, de quem tem mais acesso, de quem estabelece relações com as profundidades que não cabe aqui fazer comentário. Então, esse modelo não serve. Essa é a conclusão.

Qual era a preocupação? Houve um erro na condução naquele momento, mas vejo a abertura do pensamento do Presidente, do Relator e dos membros na questão de que se vincule... Foi muito trabalhado na forma que era o pensamento do



momento. O Presidente fez um uma abordagem — e eu estava preparado para falar neste sentido, porque para mim está muito claro — de que financiamento público é uma necessidade, lógico, com exclusividade e com fiscalização. Assim vamos poder ter dimensionamento das campanhas e poderemos saber quanto é possível gastar.

Alguém me perguntou: *“Mas quem vai controlar?”* Hoje, a sociedade controla. Hoje, além dos órgãos de fiscalização, além dos Tribunais Regionais Eleitorais, temos a própria população, o eleitor, a mídia e os formadores de opinião. Há hoje, inclusive, um sistema político em que nós Parlamentares — e que bom! — somos vigiados e acompanhados.

Hoje, há transparência pela Internet, há instantaneidade na informação. Não adianta dizer uma coisa no Estado ontem e vir aqui dizer outra. Quando se termina de votar no plenário, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, o Brasil e o mundo sabem qual foi o posicionamento de cada Parlamentar. Então, há uma mudança, inclusive em relação a este momento.

Quero me atrever a dar uma pequena contribuição, no sentido de que a questão da lista preordenada, por um lado, não é aceita pela sociedade. A lista preordenada não é democrática.

A fotografia dos membros deste Congresso, 4 anos atrás, era uma. Sou um Deputado que fiquei dois mandatos como suplente e hoje estou no segundo mandato. E não é pelo fato de eu estar com meu mandato que posso me acomodar. Se eu me acomodar 1, 2 meses, 1, 2, 3, 4 anos, o eleitor não tem oportunidade de fazer o seu juízo, o seu julgamento do desempenho do Parlamentar. Se a fotografia fosse há 8 anos, eu não estaria aqui no Congresso. Agora estou. Mas se eu não trabalhar, não tenho o direito de estar no Congresso de novo.

Gostaria de ser bem profundo nesse aspecto da lista preordenada. É por isso que já se está pensando na opção do voto. E aí vem uma questão que é mais do que cultural, refere-se à conjuntura da estrutura política que vive o País. Temos que dar oportunidade ao eleitor de votar no seu candidato. E cabe aos partidos fazerem a seleção, a boa escolha do potencial, da índole, da capacidade, da resposta que pode efetivamente dar o seu Parlamentar.

Dessa forma, gostaria de sugerir que trabalhássemos com esse modelo em que o partido faz a organização e a identificação dos nomes potenciais, mas sem



lista ordenada com o número um, o número dois, o número três. Esse é um sistema que estabelece uma condição inerte, uma condição estática. Se, por um lado, eu concordo — e fiz abordagem nesse sentido — com o financiamento público, por outro, considero que a lista preordenada não é democrática. Hoje, as proporções merecem ser estudadas.

Eu gostaria de ir mais adiante e fazer a nossa sugestão. Por exemplo: no Rio Grande do Sul, nosso Estado, temos 31 Deputados Federais. Hoje, a condição de inscrição e seleção dos candidatos pelos partidos é de 150%, correto? Isso é assim, quem sabe, para que os recursos sejam bem administrados. E até me disse o Deputado Esperidião Amin: *“Sabia que os recursos são distribuídos depois do desempenho na eleição? Os recursos não são para fazer a eleição”*. Eu não sabia que era assim. Talvez nem a sociedade saiba que é assim. Veja como é preciso discutir, como é preciso avançar nas discussões, e estamos avançando.

De forma sintética, mas fazendo esse raciocínio, que é interessante, vou pegar o terceiro item, que é absolutamente importante: a unificação das eleições, a unificação dos mandatos, claro que vendo o que se pode fazer no mesmo momento, do contrário serão muitos votos.

Agora o País não comporta mais eleições a cada 2 anos. Isso é um consenso praticamente linear, horizontal, no Brasil inteiro. Esse é um ponto forte, cuja mudança está acontecendo nessa proposição.

Então, só para abordar três temas...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Só uma brincadeira, pois temos que manter o bom humor nesta Comissão: o Governador Esperidião sentiu que podia estar se formando um consenso e já lançou uma controvérsia, para não deixar o consenso chegar antes da hora.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Permite-me? Acho que estamos ficando com problemas na eleição a cada 2 anos não pela eleição em si, mas pelas restrições administrativas que são impostas pela lei eleitoral à gestão pública nos anos das eleições e, conseqüentemente, no ano da posse do novo governante. Ou seja, dos 4 anos ficamos praticamente, senão imobilizados, pelo menos semi-imobilizados 3 anos. Não é pela repetição da eleição, mas pelos reflexos na administração pública das restrições inerentes.



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Com certeza. Não vou entrar a fundo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Afonso, permita-me também, por gentileza.

Já imaginaram, além desse aspecto, aquele em que o candidato a Prefeito ou a Governador, que ajudou o seu companheiro na eleição anterior, sentir-se impedido, depois de eleito, de promover determinadas medidas saneadoras, tão necessárias em vários e vários...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Nem no Vaticano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - ... em vários e vários lugares deste País e não ter condições, e ser constrangido, e ser impedido, e ser conduzido a não tomá-las, exatamente para não prejudicar o companheiro na eleição seguinte...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu queria... Acho que esse é um tema, e eu mexi nele, e ele também tem suas relações. Eu só queria, para concluir o raciocínio, para que eu possa efetivamente concluir, dizer que nós entendemos que, pelas leis e pelas regras que temos hoje, trava-se o País a cada 2 anos. Não resta dúvidas. Existe esse travamento por uma questão orçamentária, por uma questão de mobilização. Nós podemos citar o exemplo do ano passado, o quanto parou o País, por exemplo, em relação à Copa do Mundo, aos preparativos, embora haja vários outros pontos também, haja outras implicações; mas, a cada ano de eleição, isso tem um reflexo grande. Eu não vou entrar no mérito, para nós concentrarmos o esforço, dentro da colaboração que eu queria dar.

Então, pensando e analisando dentro dessa ótica, eu imagino que se tenha de trabalhar a questão do financiamento público, dissociado da lista preordenada, pelos argumentos que aqui ofereci, e pelo de que isso é um critério de fortalecimento dos partidos, a partir de seu processo de escolha, de seleção, e do desempenho, da *performance* do candidato nas eleições; e aí entra o "distritão", que é a ideia — porque há a questão da complexidade dos distritos. Nós sabemos da complexidade disso, é claro, e não sei qual é o rumo que vão tomar o relatório e as mudanças.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - É difícil, não é? Então, na verdade eu considero que o Deputado Estadual é que deveria ser o Deputado distrital. Eu disse ontem no debate: hoje nós temos o Deputado Estadual, que atua mais na esfera, é lógico, do Estado, mas ele tem uma função mais regional. Tem sido assim. E temos o Deputado Federal. Não sei como é que ocorre em todos os Estados, mas cada vez mais, até pela necessidade de votos, nós estamos tendo uma representatividade de “distritão”, de distrito mais amplo.

Mas então eu queria, para finalizar, prestar esta colaboração, no sentido de que se estudasse se isso é possível, ou seja, desvincular mesmo, e trabalhar dentro de uma visão inclusive mais simplificada, de melhor absorção por parte do eleitor para elaborar seu voto. Ele vai continuar votando no seu candidato, mas esse candidato pertence a um partido, e cabe ao partido fortalecer suas candidaturas para se fortalecer. E aí nós fortaleceremos a democracia, com partidos fortes — senão nós vamos fazer o inverso: nós vamos fazer com que primeiro se vote no partido.

E a cultura do momento no País eu acho que tem de evoluir, mas a evolução tem de ser gradual. Eu tenho uma preocupação com o risco de que isso aí seja até uma coisa traumática, do ponto de vista do desempenho efetivo, da melhora que se quer fazer, porque a reforma é para melhorar a política, e eu acho que há itens de identificação, e que efetivamente nós vamos precisar da criatividade do nosso Relator e do nosso Presidente para, junto com o Senado — que é outro desafio —, estabelecer pontos que de fato melhorem a política brasileira.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Vamos ouvir o Deputado Efraim Filho.

Quero informar às Sras. e aos Srs. Parlamentares que há ainda, por conta da Casa, seis vagas para Parlamentares, tanto para o encontro de Aracaju quanto para o da Paraíba. Apenas estão inscritos quatro Parlamentares.

O Deputado Efraim Filho tem a palavra.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Reforço então o convite, Sr. Presidente, àqueles que quiserem dirigir-se à bela Paraíba: na segunda-feira, dia 16, estaremos lá, realizando às 9 horas da manhã, na Câmara Municipal de João Pessoa, um evento que com certeza terá uma abrangência muito grande na sociedade



paraibana, até porque a Câmara Municipal conta com um sistema de canal de televisão; então, além do próprio público que estará presente, também teremos a oportunidade de transmitir o evento para todo o Estado.

Então, em meu nome e no dos demais Deputados paraibanos que compõem a Comissão, o convite fica mais uma vez reforçado.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, esse tema, desde o início dos debates, é um dos que eu tenho levantado, exatamente a unificação das eleições. Eu considero esse, para mim, pessoalmente, um tema tão importante quanto ou mais importante que o sistema eleitoral, porque, a partir do momento em que nós conseguirmos diminuir o número de eleições, nós teremos uma população que terá uma capacidade maior de acompanhar a gestão pública.

Eu vou dizer aqui que o grande desafio da nossa Constituição Federal de 1988, saindo de um período de ditadura, era, sim, fortalecer a democracia, e as eleições de 2 em 2 anos foram essenciais para o amadurecimento da nossa democracia. Isso foi importante porque o brasileiro se acostumou a votar, a exercer o seu direito de voto, o seu direito do cidadão. Mas passaram-se já 20 anos, e eu acredito que hoje o grande desafio do País, já ultrapassada essa fase de amadurecimento e fortalecimento da democracia, o grande desafio brasileiro hoje é a gestão pública, é a eficiência da gestão. E a eficiência da gestão tem muito a ver com esses 5 anos de mandato que se propõem, ininterruptos, porque a minha concepção é a de que, como gestor, eu preferiria ter 5 anos de mandato ininterruptos do que ter a possibilidade ou a faculdade de dispor de 8 anos com eleições intercaladas de 2 em 2 anos.

Então, eu acredito que, sob este prisma de se aceitar o princípio da eficiência da gestão pública, nós poderíamos avançar, sim, para os 5 anos de mandato, com coincidência de eleições, as, eleições gerais. É claro, há efeitos colaterais. Há, como em toda e qualquer mudança ou reformulação a que nós nos propomos. Logicamente, se vamos fazer eleições gerais, vai ficar mais difícil para o eleitor votar; com mais dois votos vai ficar um pouco mais difícil, sim. Mas hoje cada vez mais a cidadania brasileira, o cidadão brasileiro está acostumando-se, até aquele mais simples, a lidar com esse sistema de teclas da tecnologia. No banco, hoje, todo o mundo está praticamente obrigado a usar os caixas eletrônicos; celular, hoje,



quase todos os brasileiros têm acesso ao celular; então, essa é a prática do dia a dia. Eu tenho certeza de que aqueles que usam o argumento de que quem vota em sete não poderia votar em nove numa mesma eleição sabem que é um argumento falho. Nós estamos avançando, sim, no sentido de o cidadão estar mais consciente do seu papel. Mas esse é um primeiro argumento contrário que se apresenta.

Há um segundo argumento que nós costumamos ouvir, inclusive aqui, e eu também acredito que ele vai surgir. É claro que o foco nas eleições municipais é forte. A política municipal é sempre mais aguerrida. Mas será que ele é capaz de desvirtuar o resultado final de uma eleição? Não subestimemos os nossos eleitores. Não vamos aqui pensar que um eleitor vai deixar de escolher o Presidente que ele deseja porque na eleição municipal o Vereador é de um partido diferente, ou apoia um outro candidato. Então, eu acredito que algum efeito colateral pode existir, e haverá, logicamente haverá, mas ele é menor do que o ganho que se terá. Então, na relação custo/benefício, as eleições gerais, Sr. Relator, serão, sim, um grande avanço para o nosso País.

Seria, mais uma vez, uma forma de testar fazer-se uma ou duas eleições, porque quando se pensa nesse modelo para a próxima eleição, em 2012, não vemos grandes avanços, mas quando se pensa para 10 anos — e aí, sim, está a mudança de cultura política —, quando se pensa em 20 anos daqui para a frente, com esse modelo que se propõe, em 20 anos nós teríamos quatro eleições; pelo modelo atual nós teremos 10 eleições. Nós que somos políticos até temos condições de entender o que se passou na eleição anterior e o que virá na seguinte, mas o cidadão médio não entende como é que ele votou no ano passado e já vai votar no ano que vem de novo. Ele não se lembra em quem votou, ele não tem como acompanhar aqueles nos quais ele depositou a sua confiança.

É por isso que eu sou plenamente favorável ao mandato de 5 anos, com o fim da reeleição e as eleições gerais. Mais uma vez, volto a insistir neste argumento: o desafio brasileiro de 1988 era consolidar a democracia. Amadurecemos na democracia. O desafio de agora é a gestão pública eficiente, e com esses 5 anos de mandato, ininterruptos, sem as eleições intercaladas, que têm atrapalhado, ela vai avançar.



E para concluir, dentro desse raciocínio de 20 anos de cultura política, nós temos hoje aí os custos de uma eleição. O Ministro Lewandowski situou, se não me engano, em cerca de R\$ 800 milhões o custo da eleição. Parece-me que foi isso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, o custo da eleição, não do eleitor (risos); o custo da eleição, de quem produz.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - O custo total da eleição? Não, mas esse é o financiamento. Estou dizendo: o custo para o TSE da organização das eleições ficou na faixa de R\$ 700 milhões a R\$ 800 milhões. Então, quando se fala de, num universo de 20 anos, poupar seis eleições, está-se falando, em tese, numa economia de cerca de R\$ 5 bilhões, o que dá, sem dúvida nenhuma, para fazer muita coisa neste País.

Então, deixo aqui a minha posição plenamente favorável à coincidência de mandatos, às eleições gerais. Acredito que é importante testarmos; se não der certo, volta-se. Não vamos... É exatamente aquela ideia que existe aqui, a da consulta popular, Sr. Presidente. Então, fica expressado aqui esse meu desejo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Efraim Filho, qual é a alternativa que V.Exa. apresentou para o mandato do Senador?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Para o mandato de Senador?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sim.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Eu acredito que nós ou poderíamos... o mandato de Senador...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - A minha ideia é de que encaminhássemos todos para os 5 anos, mas se houver dificuldade com o mandato de Senador... Seriam 5 anos, todos os mandatos seriam de 5 anos. Senador não teria mais esse mandato dobrado. E se tivesse, também não considero isso um absurdo de outro mundo — porque muita gente diz: não, mas o Senador vai ter 10 anos? Ora, mas hoje já tem 8, e 8 é muita coisa! Então, é ruim para a imagem...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Seria uma ideia interessantíssima, mas, trabalhando com o pragmatismo, é difícil o Senado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu tive uma PEC apresentada no Senado. Não foi nem apreciada na CCJ.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - O que, aliás, não tem nenhuma justificativa. Por que é que se elegem dois numa vez, e na outra um?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - E olhem que eu a apresentei em 2003, no ano que cheguei. Não obtive nem parecer.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Se alguém me disser que há uma razão para isso... Nunca escutei uma razão..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu desconheço. Nos Estados Unidos são dois por Estado.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Isso é o que na linguagem militar se chama "sentinela da mangueira". É a sentinela que foi colocada quando plantaram a mangueira; 40 anos depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Estou ouvindo dois ex-Senadores aqui falarem sobre o Senado. São temas diversos, aqui nesta Comissão. O Relator tem de ouvir com atenção, não é?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Seria bom se os Senadores se posicionassem dessa forma. Ex-Senador posicionar-se fica... *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não, mas, olhem...
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, eu concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Olhem, a PEC nº 53/2003, apresentada por mim, diminui 41 mil mandatos eletivos no País. Não tomem choque: 41 mil! Rapidamente: de 3 para 2 Senadores; 25% a menos na Câmara Federal; existiam naquela época, antes daquela mudança do TSE, 67 mil Vereadores; viriam para algo em torno de 29 mil, com um mínimo de 5, num escalonamento gradativo de 5 para 7, para 9, 11, 13; não chegaríamos a mais de 35. Não é essa a necessidade? Seriam 25% a menos em cada Assembleia Legislativa. E não há necessidade no País de Vice-Presidente, de Vice-Governador, nem de Vice-Prefeito, nem de suplente de Senador.



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, só para fortalecer o que o senhor propôs, mande verificar quantos Vereadores hoje tem a Câmara de Vereadores de Nova York, Manhattan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Farei isso. Pois olhem V.Exa., eu apresentei isso lá; não houve nem parecer. No somatório que fiz, e está no processo, porque foi realizada uma pesquisa, nós acabaríamos com 41 mil mandatos no País. E tenha certeza V.Exa. de que a população não sentiria nenhuma diferença, e não haveria nenhum abalo nas instituições democráticas.

Agora, tenha certeza de que pelo menos sobrariam recursos para os Municípios que têm nove Vereadores e que não têm um odontólogo, um médico, passem a ter pelos menos um médico e um odontólogo.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, só para eu me corrigir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Não se justifica.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Dos 50 Estados americanos, 49 são bicamerais nos Estados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É verdade

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Então, por exemplo, Maryland, que tem uma população um pouquinho menor do que Santa Catarina, tem 141 Deputados Estaduais e 41 Senadores Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Quarenta e nove Estados têm e um não tem o bicameralismo.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Já Santa Luzia, lá na Paraíba, tem nove Vereadores — ou “Saint Louis”, como preferem, se forem usar o inglês do Deputado Espiridião Amin, vulgo Santa Luzia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Lá a população é de quanto?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - De 15 mil habitantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deve ter um médico, não é?

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Tem. Mas há a cidade de Quixaba lá, que tem... Não vamos entrar nessa discussão, porque senão ela vai alongar-se para um tema que também é apaixonante, que é exatamente o pacto federativo no País hoje, que deixa uma cidade de 1.600 com a representação de uma de 50 mil.



Mas, enfim, para concluir esse tema, o Relator, dentro dessa questão da unificação de mandatos, tem um tema que, é claro, vem *a posteriori*, mas qual seria a matemática realizada para essa coincidência das eleições? Eu deixo aqui a minha sugestão, que seria exatamente a de se colocar, caso sejam aprovadas as eleições, a coincidência das eleições, que metodologia? A de nas eleições seguintes, já em 2012, estabelecer-se um mandato tampão de 2 anos, deixando isso avisado, é claro. Todos já saberiam disso. E aquele Prefeito que se elegeisse em 2012 pela primeira vez teria o último direito à reeleição. Ele poderia ser candidato; então, ele ficaria com a possibilidade de ter 7 anos de mandato. E o Prefeito que já tivesse os 4 anos nesse mandato tampão poderia reeleger-se, mas não poderia pleitear a reeleição na seguinte.

Então, para o mandato de 5 anos, com o fim da reeleição, eu sugeriria essa estratégia para ser discutida, é claro, e aprofundada, quem sabe? Até poderíamos melhorá-la, mas seria esta: um mandato tampão de 2 anos, podendo haver a última reeleição; seria a última vez que o estudo da reeleição prevaleceria no País, e com ele poder-se-ia chegar a esse mandato de 7 anos.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente. Essa é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem a palavra o Deputado Marcelo Castro.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, só para sabermos, há quantas inscrições ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - O Deputado Marcelo Castro é o último inscrito.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - O.k. É que, pelo adiantado da hora, como só temos um requerimento aí na pauta e eu tenho uma audiência em Belém, não vou poder continuar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - É temerário submetê-lo à deliberação, porque estamos na Ordem do Dia no plenário da Casa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Pois é, é isso que eu ia dizer ao senhor. Não há mais condições.



O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, hoje a discussão aqui foi exaustiva, sobre assuntos os mais variados, mas o tema que preponderou aqui foi essa questão do financiamento público e privado.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, a minha grande frustração é que eu percebi assim o quanto esse sistema que nós vivemos é ruim para a sociedade: eu era estudante ainda, e lá no Piauí naquela época havia oito Deputados Federais, e havia dois que se destacavam muito dos demais; um era da Arena, e foi o grande lutador para levar a Barragem da Boa Esperança —, uma hidrelétrica para o Piauí que seria a salvação do Estado, a energia, a hidrelétrica e tudo mais —, muito conceituado no meio estudantil, e o outro era um Deputado do MDB, muito combativo, muito corajoso, muito destemido, grande tribuno, admirado por todas as classes sociais, especialmente a dos estudantes; e quando foram às urnas, os dois perderam a eleição. Então, eu vi que no sistema (*risos*) que nós tínhamos havia alguma coisa de errado, porque não é possível descartar logo os dois melhores! E de lá para cá temos exemplos à vontade, todos nós temos, nos nossos Estados, e nós terminamos vendo que a influência do poder econômico nas eleições é muito exagerada.

É claro que nós vivemos no mundo capitalista, e aqui não há ninguém ingênuo o bastante para achar que não haverá influência do poder econômico, mas tanto assim é demais; então, nós temos de fazer alguma coisa se nós quisermos melhorar isso aqui, e nós queremos. E nós não podemos perder a esperança, de jeito nenhum. Já está aí no jornal de hoje o nosso Michel Temer dizendo que a reforma política provavelmente não vai mais sair este ano; quer dizer, já está havendo um desânimo assim até do Presidente nacional do partido, do Vice-Presidente da República. Nós não podemos esmorecer aqui, não! Nós temos de botar essa reforma para a frente, temos de dar uma satisfação à sociedade. Nós vamos aprovar essa reforma! Não podemos, em momento nenhum, dar margem a isso.

Quando nós ouvimos alguém dizer: “Ah, essa reforma não vai passar! Isso aí não é possível! Ah, para esse voto distrital aqui, para mudar o voto proporcional, para isso aí tem de mudar a Constituição!”, sabemos que isso é coisa de gente que não quer que a reforma aconteça. Essa é que é a verdade! Então, essa descrença,



isso de dizer que não vai aprovar é coisa de gente que no íntimo não quer que se aprove. E nós temos uma responsabilidade muito grande para com a sociedade. Eu acho que nós não podemos mais uma vez tratar de um assunto tão importante, que todo o mundo está vendo que é importante para a sociedade brasileira, e mais uma vez fracassarmos — porque não é a primeira vez; eu estou aqui desde 1999, e desde 1999 todo ano nós falamos de reforma política, a não ser nos anos de eleições, quando não se fala, mas quando começa o mandato é o tema principal a reforma política, e não se chega a nada.

Bom, eu queria falar rapidamente aqui — se bem que é difícil para os políticos falarem rapidamente, não é, Presidente? (*Risos.*) —, mas eu acho o seguinte: na reforma, Henrique, nós poderíamos avançar. Nisso é que temos insistido muito aqui. Há alguns temas que são correlatos, e há alguns temas que são desconectados dos demais, sobre os quais nós podemos obter consenso. Então, não há por que nós esperarmos por um relatório completo e acabado sobre todos os assuntos para decidir tudo de uma vez só. Eu acho que isso é contraproducente. Eu acho que seria mais favorável a reforma se nós fizéssemos um fatiamento dela, de temas que são isolados, que não interferem um com o outro. Por exemplo: financiamento público de campanha; para tratar desse assunto, nós temos de tratar de qual é o sistema eleitoral, porque o “distritão” não se coaduna com o financiamento público; o sistema de listas abertas que nós temos hoje também não se coaduna; então, nós vemos que uma coisa elimina outra, uma coisa está conectada à outra. Mas, por exemplo, quanto à proibição de coligações para os cargos proporcionais eu acho que nesta Casa nunca se formou um consenso tão grande como o que existe hoje, tanto na Câmara quanto no Senado, que já aprovou isso por ampla maioria.

Então, por que é que vamos ficar esperando nós decidirmos sobre o sistema eleitoral e o financiamento público de campanha, que são temas complexos, quando nós temos assuntos desses, em que há consenso de todo o mundo? Isso é uma coisa que nós já poderíamos votar aqui na Comissão, levar para o plenário, combinar com o Senado, que faria a mesma coisa, e no outro dia proibir a coligação em eleições proporcionais. O País já ganha alguma coisa! Não ganha tudo, mas ganha alguma coisa.



O outro assunto que eu acho que é consenso aqui na Casa é a janela da fidelidade, que alguns chamam de “janela da infidelidade”. Todos nós somos favoráveis à fidelidade partidária. Nós achamos que, se um Deputado ou um Vereador se elegeu por um partido, ele deve servir àquele partido durante todo o seu mandato. Mas a fidelidade eterna não existe nem de marido para mulher, nem de pai para filho. Isso não existe, em canto nenhum do mundo. Isso foi um erro que...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - E de mulher para o marido, e vice-versa. *(Risos.)* Não, o eterno não existe, porque você um dia pode separar-se. Isso não acontece todo dia, a toda hora? Então, deve-se ser fiel ao partido? É claro! Eu estou no meu partido a vida inteira, não tenho a menor intenção de sair, acho que vou morrer no partido; mas se um dia, por um motivo ou por outro, o partido tomar um rumo com que eu não fique satisfeito, ou se eu mudar meu ponto de vista, então por que ficar preso a esse partido? Não há razão para isso. Então, nós temos de criar essa janela. A falta dessa janela está criando uma deformação no Brasil.

Que fique só aqui, porque eu não quero que isso saia para a imprensa, mas o PSD, segundo Kassab, não é de direita, não é de esquerda, não é de centro, não é a favor do Governo, não é contra o Governo, muito pelo contrário. A que se propõe? Qual é o projeto? Qual é o programa do partido? E vai ser — podem escrever o que eu estou dizendo aqui — um dos maiores partidos do Brasil. Por quê? Porque ele é a janela! Todo o mundo que for do PT, ou do PMDB, ou do PSDB, ou do PSB, ou do PDT etc. e tal e que não estiver bem acomodado no seu partido vai para o PSD. Para quê? Para ter um partido que ele controle, que ele comande. Foi a Justiça que montou isso aí. E nós temos de criar essa legenda até para afrouxar essa tensão, porque não há necessidade disso.

Então, é um tema, porque eu não ouvi ainda uma pessoa dizer que seja a favor da fidelidade eterna. Há alguns partidos que, com receio de perderem Parlamentares para outras siglas, assumem uma posição partidária, mas todo o mundo tem de ver que é um interesse partidário, em detrimento do interesse geral do País.

A proibição de reeleições é um assunto que não tem relação com nada. Vamos decidir isso! O que é que custa? Bote-se para votar; aprovou? Aprovou. Não



aprovou? Não aprovou. E assim o mandato de 5 anos. Eu acho que se marcha muito para isto: proibição de reeleição com mandato de 5 anos, e coincidência de mandatos.

Aqui, eu quero dizer só duas coisinhas sobre a coincidência de mandatos. Eu ouço muito aqui na Casa: “Não, mas as eleições não devem ser só num dia só”. Eu não sei por que é que não devem ser num dia só. Pelo contrário, eu defendo exatamente o contrário: que seja num dia só, e que a campanha seja única. Daniel disse aqui: “Não, mas não pode ser, porque os temas municipais não há como não serem discutidos”. Mas é isso mesmo! Quando se vai para o palanque, na eleição de Vereador, ou de Prefeito, ou de Deputado Estadual, ou de Deputado Federal, ou de Governador, ou de Presidente da República, quais são os temas que vão ser tratados naquele palanque? Todos os temas! O Vereador...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Veja, pela condição em que estamos, Deputado Marcelo Castro, não há problema, foi muito boa a reunião de hoje, mas eu tenho dúvida sobre isso, e quero fazer algumas perguntas a V.Exa. sobre esse aspecto. Eu sinto que há um grande consenso na Casa, entre todos com que eu falei, de que eleição de 2 em 2 anos não é bom.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Está certo. Não é bom.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Isso eu sinto que tem maioria sólida. Agora, a dúvida é sobre se deve ser tudo no mesmo dia, ou se deve haver uma distância de 90 dias, ou de 60 dias entre as duas.

Uma das dúvidas que eu tenho, por exemplo, é: bom, como é que ficaria a campanha em si, por exemplo a televisiva? É lógico que dá para fazer tudo, mas eu acho que há uma mistura muito grande. Por exemplo, o cidadão está preocupadíssimo com o trânsito da cidade onde ele vive. Ele vive numa Capital; então, o trânsito para ele é um tema importantíssimo. Ele quer ouvir os candidatos a Prefeito falarem sobre o trânsito. Na eleição nacional ele quer ouvir temas da economia etc. Na eleição estadual ele quer...

Parece-me que, pelo conjunto de informações — não pelo fato de o eleitor ter de ir lá e ter de votar nove vezes, dez vezes, onze vezes, não; isso não tem problema, o eleitor sabe votar —, com essa mistura total, tudo no mesmo período, numa campanha de 60 dias, eu penso que às vezes pode haver uma confusão,



realmente, de informações. Agora, é uma dúvida que é das que eu tenho, dos rascunhos que faço, às vezes, pensando em como constituir o relatório. Essa é uma das que me assaltam. É por isso que quero ouvi-lo mais um pouco.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Henrique, você é muito novo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo Castro, eu comungo da opinião de V.Exa. Eu não tenho dúvida quanto à unificação do dia da eleição.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - ...você é muito novo (*risos*), e talvez não tenha vivido a eleição de 1982. Eu vivi. Fui candidato a Deputado Estadual em 1982. Em 1982 houve eleição de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Senador da República. Naquele tempo não havia urna eletrônica, não; era escrito o nome e o número do candidato. Foi a eleição em que houve menos voto nulo. E o argumento mais forte que eu ouço aqui as pessoas usarem contra a eleição num dia só é o de que o eleitor não vai acertar votar. Mas, rapaz, isso é um desconhecimento da realidade social do Brasil absoluto e total. Hoje não existe mais voto nulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Oitenta e...?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Em 1982.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Havia vinculação de voto, inclusive, não havia?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - E ainda por cima havia a vinculação. Se ele votasse fora do partido, ainda anulava o voto. E não houve voto nulo.

Então, esse argumento do voto nulo — que não é o que V.Exa. traz —, esse argumento é o que mais ouço contra a coincidência das eleições. Hoje todo o mundo, todo brasileiro tem um celular. Ele disca a toda hora, todo dia. E pode pegar as apurações: não há mais voto nulo. E não é porque se vai colocar a eleição de Vereador e Prefeito no mesmo dia que vai gerar essa quantidade de voto nulo. A única coisa que eu admito é que se poderia gastar um pouco mais de tempo para proferir o voto, porque se votaria em mais candidatos. Isso resolve-se facilmente: diminui-se o tamanho das urnas das sessões eleitorais.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Permite-me um aparte?



O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Com o maior prazer.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Bom, primeiro, vamos deixar claras algumas questões. Vamos discutir o fortalecimento dos partidos, e eles não se fortalecem por acaso. Num projeto de Federação como nós temos, numa situação federativa, estabelece-se a correlação entre temas eixos do Estado, da política, desde o nascedouro, da residência do cidadão até o Presidente da República. Exatamente pelo exemplo dado pelo Deputado Henrique Fontana, conforta-nos a ideia de se fazer eleição no mesmo dia, com todo o processo. Não há... A grande maioria das soluções para o trânsito brasileiro começa na rua de um Município e termina na União. Eles são absolutamente interligados.

Portanto, se nós formos fazer uma eleição em que se discutam as questões municipais, estaduais e federais, o que nós vamos defender, num texto muito mais abrangente, é o que é concorrente, é comum entre Município, Estado e União, e vai haver algumas particularidades que são dos Municípios, que são peculiaridades municipais, e vão ficar num canto separado nesse debate. Não há nenhum empecilho. No entanto, não teremos soluções estapafúrdias na eleição, porque o cidadão vai perguntar: "Sim, mas se o Governador é do teu partido, e se o Presidente também vai ser, então por que tu não resolves?" Hoje, como a eleição acontece de 2 em 2 anos, nós sempre temos uma solução: a de que se formos buscar recurso no Governo Federal resolvemos. Depois não se busca o dinheiro e não se resolve. Nós temos o metrô em Porto Alegre. Há quantos anos nós estamos ouvindo isto: "Se conseguir o recurso eu resolvo"? Mas se a eleição for no mesmo dia, o que é que se vai dizer? Vá lá e pergunte para o seu candidato se ele resolve ou não resolve. Ele está aí do seu lado. É seu, não é? Segura a criança!

Então, imaginem que vai ser um discurso completamente unificado, porque os programas são comuns e concorrentes, são de ponta a ponta, e aqueles que são peculiaridades estarão num cantinho da pauta, da agenda que será discutida pelo Município, sem nenhuma interrupção. Na minha visão, eu acho que melhora muito o processo.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Alceu vem enriquecer (*risos*) meu argumento. Eu uso muito esse argumento, Henrique, porque um dos fatores do enfraquecimento partidário é a não coincidência das eleições; você concorre a uma



eleição estadual, completamente dissociada da municipal, dois anos depois volta àquele Município, e a realidade política do Município já é completamente diferente da que você deixou dois anos atrás. E nós saímos fazendo comício num Município em favor do PMDB, no outro Município em favor do PDT, no outro... porque os candidatos mudam, os candidatos que estão apoiando-nos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo, permita-me, por gentileza, um apartezinho rápido: e a hipótese do Prefeito que se elege pelo partido A, e o Governador é do partido B, e em não mais do que 6 ou 8 meses ele já virou a casaca?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É outro! (*Risos.*) Não, ele apoia sem perder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Ele não precisa.

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Ele apoia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Perde mandato, mas ele não precisa mudar de partido. Ele só muda de casaca.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Não, não, não! Há jurisprudência. Há vice cassado. Há vice cassado aqui pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Mas olhem, ele só muda... Ele não muda de partido. Moreira, ele não muda de partido. Eu disse: ele muda apenas de casaca. Ele só muda a casaca. Não muda de partido. Só pula para o outro lado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Outra coisa, Henrique: olhe, repare o quanto se fortaleceriam os partidos. Então, nós estamos numa campanha que vai de Vereador a Presidente da República; eu vou fazer um comício; de quem é o comício? Certamente é do PMDB. Então, os candidatos a Vereador, a Prefeito, a Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador, Senador e Presidente devem ser do PMDB. Então, você obriga a uma homogeneização maior dos partidos. Perde-se essa dissociação que há hoje, que é quase, como eu disse, essa promiscuidade, em que você tem quase de mudar o discurso de uma cidade para outra, porque já embaralhou tudo.



Outra coisa: os assuntos, quais os assuntos que vão prevalecer? Depende. Na minha ótica, quanto maior a cidade, mais prevalecem os assuntos, os temas nacionais e estaduais; quanto menor a cidade, mais prevalecem os temas locais. Então, nisso há um equilíbrio. Isso não é ruim. Isso é bom. Por quê? Porque nós vamos, como disse Alceu aqui, fazer um comício; quais são os assuntos que serão tratados? Educação, saúde, segurança, infraestrutura. Isso depende do Prefeito? Desse tantinho. Depende muito mais de uma política geral de Estado do que de uma política local.

Então, se você está, dentro de um partido, argumentando: vamos votar nesse Prefeito, nesse Deputado, nesse Governador, porque se ele for eleito nós vamos cuidar da educação; o Governador tem como meta prioritária a educação, no Governo dele; o Prefeito aqui também, do PMDB...

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Deputado Marcelo...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Pois não.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - ...permita-me aqui um aparte, mais para questioná-lo. Eu vejo que, neste debate da coincidência, o mais importante é se existe entendimento político da importância da coincidência das eleições e dos mandatos ou não. Se há esse entendimento, quanto ao fato de as eleições acontecerem no mesmo dia ou não, pode-se haver até um ajuste sobre isso. Seria, digamos, uma divergência menor, e nós poderíamos trabalhá-la, porque se poderia admitir a coincidência — porque há aqueles que não admitem —, e se se admite a coincidência teríamos duas hipóteses: tudo no mesmo dia, ou havendo coincidência, mas levando-se em conta...

E avançando, para concordar com V.Exa., parece-me que o desafio maior que nós teríamos, se houvesse concordância sobre isso, seria o de avançarmos na discussão do Senado. Como V.Exa. pensaria a questão do mandato no Senado?

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Quanto ao mandato no Senado, eu sou a favor de que sejam 5 anos de Vereador a Presidente da República.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Esse é o desafio: que isso seja aprovado.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - É. Agora, eu vejo...



O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sim, os futuros mandatos de Senadores teriam a mesma duração do mandato dos Deputados e Vereadores etc.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Agora, é preciso ver se isso tem viabilidade ou não.

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - É exatamente isso que eu quis dizer a V.Exa. Quer dizer, essa outra discussão parece-me que é de mais fácil solução do que essa, que é o grande desafio.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Se não for possível o de 5 anos, mesmo com 10 anos, eu acho que, pelo benefício geral...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Não, mas 10 anos? Não peça a este Relator que coloque no relatório um mandato de 10 anos para Senador, porque aí...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não, não peço, não. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Eu sou um Relator superaberto ao diálogo *(risos)*, mas algumas coisas....

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Marcelo, eu também pediria que não se coloque.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Não, eu já disse qual é o meu ponto de vista. Eu sou favorável ao mandato de 5 anos para todo o mundo. Agora, nós não estamos em Marte; nós temos Senador aí que...

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Deputado Marcelo, só mais uma contribuição. Ficou muito boa esta reflexão. E vamos dizer, Presidente: os nossos colegas que não estão aqui estão perdendo uma reflexão boa. Vão ter de se informar depois conosco.

Mais uma coisa, Deputado Alceu: eu penso em não coincidir no mesmo dia, mas com alguma separação, por exemplo, de meses, só para agregar uma questão, porque eu me inclino pela ideia de que o líder político tem de definir a que função ele vai concorrer; ou seja, isso não quer dizer que, pelo fato de a eleição, por exemplo a municipal, ocorrer 90 dias antes da eleição nacional, ele poderia concorrer duas vezes. Não! Ou ele é candidato a Prefeito, ou a Vereador, ou a Deputado, ou a Governador. Ele não pode saltar, como hoje, de uma eleição para outra. Ele tem de



fazer a escolha. Quando eu penso na separação, é só pela ideia de garantir um debate um pouco maior, já que nós hoje temos...

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Mas é uma despesa desnecessária! E pense no seguinte: quem já foi eleito na primeira eleição teria uma influência muito grande na segunda eleição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Mas não há problema!

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Aí a pessoa vai procurar votar no Prefeito ligado ao Governador.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Quem é eleito 2 anos antes também tem influência na eleição seguinte. Isso é normal.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - E é ruim.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Henrique, Deputado Henrique, olhe aqui, nós estamos acostumados com esse processo. A eleição, a meu juízo, com todas as críticas que nós possamos ter, deve ser no mesmo dia, porque nós sabemos o que acontece no Brasil. Se nós tivermos eleição para Vereador e Prefeito antes, eles elegem-se, cuidam dos seus Governos, da instalação, e esquecem das outras eleições. A eleição fica morta, completamente.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Vão pagar as contas deles (*risos*).

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - E o inverso é verdadeiro: faz-se a eleição 3 meses antes para Deputado, para Governador, o sujeito elege-se e deixa os Prefeitos e Vereadores virando-se sozinhos, a eleição fica morta.

As eleições têm de ser no mesmo dia, na mesma hora! O debate é um só, é homogêneo, é para o País inteiro. É um período eleitoral riquíssimo para o debate. O índice de participação é enorme! Então, eu não tenho dúvida disso, de concordar com isso.

Mas eu queria aproveitar, se me permitem, e pedir ao meu Presidente o seguinte: por favor, veja como o espaço de televisão e rádio da Casa pode dar oportunidade a esta Comissão, principalmente às audiências públicas brilhantes que temos e já tivemos aqui, com professores convidados pela Deputada Erundina, como Ibsen Pinheiro e assim por diante, e tantos outros. Que nós possamos ter espaços nobres na televisão para fazer este debate ganhar as ruas. Não é justo deixar um debate com aquela qualidade e aqui num cantinho, guardado, quando se



vê a *TV Câmara* cobrir o debate de outro assunto de menor importância. O senhor poderia requisitar isso, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - V.Exa. tem razão. Tomaremos providências nesse sentido, juntamente com o Deputado Henrique Fontana, o Relator. Mas eu gostaria de indagar ao Deputado Marcelo Castro, embora o tema não seja aquele específico para hoje, e tenhamos esse debate lá na frente, o debate da reeleição, eu indago: por que o mandato de 5 anos, na coincidência de eleições e de mandatos, deixando um espaço de tempo relativamente largo, grande, para que o eleitor se manifeste? Por que 5 anos? Já que se acaba com a eleição de 2 em 2, quando o eleitor está mais vezes sendo convocado para se manifestar, esse aspecto estando embutido no outro, qual o mal da reeleição? Por que não a reeleição? Por que destruir aquilo que deu certo, pelo menos na minha visão?

O SR. DEPUTADO RUBENS OTONI - Aí, Presidente, eu submeteria para questionamento e para avaliação a hipótese de nós admitirmos a coincidência, garantindo reeleição e mandato de 4 anos, porque aí não é preciso mexer no mandato do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - De 4 anos! Não se mexeria no Senado, não se cassaria o direito do eleitor de conduzir aquele que ele acha que está bem no mandato para um segundo mandato, ou de mandar para casa aquele com quem ele não concorda — porque eu já ouvi aqui alguns argumentos que apontam para o seguinte norte: na reeleição impera o abuso do poder político, o uso da máquina. As estatísticas que eu recebi aqui da Consultoria desta Comissão apontam que não. E se eu for me referir a personalidades, a exemplos do meu Estado, eles são claros! Quantos e quantos Governadores, Brasil afora, foram para a reeleição e perderam? Quantos e quantos Prefeitos? Os cálculos, os percentuais que eu tenho aqui são enormes!

Ora, no meu Estado houve um Governador que foi para reeleição e perdeu, embora tivesse sido aquele, a meu ver, que mais usou a máquina para a eleição de um companheiro de partido. Foi quem mais usou a máquina para a eleição de um companheiro de partido, e elegeu-o; e quando era Governador ele foi para a reeleição e perdeu.



O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Almeida Lima, dentre os males desse processo, a reeleição é o menor mal, não tenha dúvida disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Até porque, por outro lado, se o problema é o abuso do poder político, nós precisamos atingir o mal no seu âmago, na sua raiz. Se o problema é o abuso, nós temos que defenestrar é o abuso, não o instituto da reeleição.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Sim, porque o tema... Outro dia alguém levantava, num debate de que eu participei — não me lembro quem foi o cidadão —, este argumento de que de fato o povo brasileiro, diante da possibilidade da reeleição, tem dado respostas diferenciadas. Ele já aprovou Governos reelegendo, já derrotou Governos não reelegendo... O Rio Grande do Sul nunca conseguiu reeleger um Governador nos últimos pleitos. Mas isso é só um exemplo, não é?

Eu digo, então: de fato, o problema não é o sistema, porque se o instituto da reeleição fosse uma garantia de que o candidato que está no Governo vai ganhar ele sempre teria ganho, o que não ocorreu. Agora, nesse tema de que nós estamos tratando eu sempre peço que todos nós pensemos, porque há uma outra coisa que se tem constituído como uma maioria muito sólida, e estes Deputados que estão aqui, casualmente, os que persistem nesta reunião são todos a favor; está constituindo-se uma maioria muito sólida em favor do financiamento público de campanha, muito sólida. Eu, daqui da Comissão, já ouvi no máximo três ou quatro colegas que têm posição contrária, não é?

E eu queria expressar algo, já que nós estamos aqui refletindo em voz alta — e este é o bom debate da política; quando nós dizemos alguma coisa, isso não quer dizer que nós nos transformamos em refém daquela posição, que não poderemos mudar na semana seguinte, e eu, como Relator, quero expressar-me, porque a imprensa está aqui, acompanhando-nos etc. —, para quem está aqui eu digo: as coisas que o Relator está dizendo hoje não necessariamente o Relator vai colocar no relatório. Ele vai perceber o ambiente político. Ele pode ser convencido por um outro argumento daqui a 10 dias.

Agora, a minha primeira inclinação, e eu ouvi com atenção o Presidente, é a de que o financiamento público tem que vir acompanhado da palavra “exclusivo”.



Por quê? Porque aí nós poderemos ter um método de fato em que a fiscalização nos dê uma garantia maior de que uma burla a esse sistema vai levar a uma consequência efetiva. Alguns me pedem, por exemplo, para fazer o financiamento público, abrir o financiamento de pessoa física com o limite de mil reais, e alguns falam de dois mil reais. Eu não vejo nenhuma vantagem nisso, porque, na realidade, já se abre um canal para contribuições que podem diferenciar, sejam os partidos, sejam os candidatos. Por exemplo, o Presidente disse e eu acompanhei com atenção que seria só para o partido. Mas qual a vantagem de permitir alguém? *“Ah, não, porque o cidadão vai exercer parte da sua convicção política fazendo uma doação de 2 mil reais para o partido que ele apoia”*. Eu prefiro que ele exerça essa convicção política convidando 20 vizinhos para participarem de uma reunião na sua casa, explicando por que é melhor votar no candidato A ou no candidato B, ou telefonando para pessoa que ele conhece, dizendo: *“Vote no Governador tal, porque esse é melhor do que o outro”*. Ou seja, ele entra na campanha, na democracia pela disputa efetiva do posicionamento político das pessoas, do voto que a pessoa vai dar.

Então, sempre que eu penso em financiamento público — e V.Exa. sabe que eu sou um defensor muito convicto do financiamento público exclusivo —, eu penso nele exclusivo mesmo. Quem foi a primeira pessoa que me falou dessa sugestão? Eu acho que eu já me expressei nesta Comissão. Mesmo que ela possa arrecadar pouco, pareceu-me importante democrática e taticamente a ideia de continuar permitindo que empresas e pessoas físicas doem para um fundo de caráter geral, dirigido pelo TSE, que vai organizar a eleição e distribuir o próprio financiamento público. Não há problema algum. Nós temos é de terminar com a empresa que diz: *“Olha, eu vou dar 200 mil reais para esse candidato a Deputado Federal e não vou dar nada para esse aqui”*. Então, na verdade, os grandes financiadores terminam escolhendo os Deputados que têm mais chance de se eleger.

Se uma empresa como a Vale do Rio Doce, por exemplo, pode e quer contribuir com 300 milhões de reais para a eleição brasileira, ela pode doar para este fundo nacional. Com isso, diminui a dependência do recurso que virá do orçamento. Essa é uma responsabilidade social, democrática da empresa, pode



angariar simpatias, etc. Não vejo mal nenhum nisso, porque esse sistema não diferencia ninguém, não discrimina ninguém.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Deputado Fontana, quando se fala em financiamento público exclusivo de campanha e ele é o cabeçalho de todos os textos, quando se estabelece isso, imediatamente se induz a discussão para uma série de outros fatores.

Se o financiamento é público e exclusivo de campanha, imediatamente isso o remete a pensar que as necessidades de gasto têm de ser as mínimas possíveis. Se ele é público e exclusivo de campanha, a necessidade de gastos é (*ininteligível*). Então, a campanha vai permitir que as pessoas que fazem política por paixão, porque gostam disso, passem a ser profundos estudiosos, defensores de teses, pessoas que querem pensar a vida pública como solução de vida para terceiros, para a coletividade. Então, são pessoas que trabalham isso. O oportunista da mercantilização se exclui desse processo, ele não quer mais, porque ele precisa se dedicar muito a isso, querer muito, gostar muito disso. Ele não vai fazer isso, ele sai, ele se exclui. Ele diz: "*Eu não quero participar*". Sabem por quê? Para (*ininteligível*) de serviço. O cara queria muito participar da cidade e foi para o Rotary. Para lá ele vai de gravata, fica louco de faceiro e, quando percebe que, na sexta reunião, ele só trabalhou, não ganhou coisa alguma, não quer mais, sai e vai embora.

Assim é a vida pública. Vai ficar quem faz disso sacerdócio. Gosto disso, estou lá, sinto-me imensamente realizado por isso nesse processo. Acho que purifica o processo. Na sequência, nós vamos estabelecer a cultura de cotejar projetos, de fazer grandes debates. Então, quando se trabalha financiamento público de campanha, trabalha-se imediatamente a modéstia da campanha, mas não se tira do bom político o espaço para ele explicitar o que pensa, discutir as suas teses, fazer defesas. O que não dá para fazer é continuar vendendo político em embalagem de sabonete ou xampu. Isso não vai dar mais, realmente, não.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Sr. Presidente, eu gostaria de voltar ao assunto da reeleição.

Não acho, assim, tão importante o número de quem foi eleito, de quem não foi eleito, de quem se reelegeu ou não se reelegeu. Lá no Piauí, a nossa experiência é diferente da do Rio Grande do Sul. Lá, o número de Prefeitos que se reelegem é



muito maior; o número de Governadores que se reelegem é muito maior. E eu quero crer que, quanto menor a cidade, quanto menor o Estado, quanto mais carente, mais o poder econômico prepondera.

Há cargos na disputa em que o poder econômico tem maior importância e há outros em que tem menos. O cargo de Governador é um cargo em que o poder econômico não é assim tão importante. Vale muito mais a imagem do candidato, as coligações partidárias que ele fez do que efetivamente o poder econômico. Outros cargos são mais sensíveis à influência do poder econômico.

Agora, a experiência que eu tenho com reeleição — e eu venho acompanhando isso de perto — é que não serve nem para o reeleito. Por quê? Porque, quando ele está no poder, fica sujeito a chantagens: *“Só voto em você, se você me der isso; só voto em você se você fizer aquilo; só voto em você, se você fizer daquela maneira”*. Quantos Prefeitos nós conhecemos — e eu conheço dezenas — que foram excelentes no primeiro mandato e péssimos no segundo mandato? Fizeram tantos compromissos, venderam a alma para se reelegerem, e aí terminam fracassando no segundo mandato. São incontáveis.

(Não identificado) - Isso mostra que já era ruim no primeiro mandato.

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - Esses estão fora de discussão.
(Risos.)

Então, como eu estava dizendo, esse sistema termina sendo pernicioso para o próprio candidato.

Sou psiquiatra. A campanha política é uma coisa que apaixona as pessoas. E o apaixonado é quase assim um tipo de louco. Tenho uma definição muito bonita de apaixonado, até de um autor brasileiro. Ele diz assim: *“A paixão é um sentimento absorvente e tiranizante, que polariza a vida de um indivíduo na direção de um objeto único, com exclusão ou em detrimento de tudo o mais”*. Ou seja, o apaixonado só vê o objeto da paixão. Por exemplo, o sujeito é apaixonado por Joana; mostra-se para ele Maria, e diz-se: *“Mas, rapaz, essa aqui é miss, é bonita”*. Ele não quer saber, só quer aquela, porque a paixão é ela.

Então, quando se entra na campanha eleitoral, aquilo faz parte da vida humana, é uma disputa tão grande, que envolve tantas emoções, que se chega num ponto, de uma maneira geral, no qual a coisa que menos se quer na vida é perder



aquela eleição. Ao mesmo tempo, se a pessoa é Prefeito e está com o cofre da Prefeitura ao seu lado, está com a caneta na sua mão, e dizem: *"Se você não vai fazer isso não vai fazer aquilo. Se você não fizer, você não vai se reeleger."* Então, isso é quase impossível de acontecer.

Vamos pegar os nossos exemplos aqui, como o de Sarney no Plano Cruzado. Todo mundo acha que deveriam ter sido tomadas atitudes, que o plano estava vazando. Mas, se ele tivesse tomado as atitudes, talvez o PMDB não tivesse elegido todos os Governadores do Brasil, menos o de Sergipe. Vem Fernando Henrique Cardoso: *"Paridade do dólar com o real"*. Era a âncora cambial. *"Não pode mudar, isso é dogma, vamos e tal, e está dando certo, Plano Real está certo"*. *"Ah, mas precisa mudar"*. Tinham de dizer, na campanha, que estava tudo bem. Quando terminou, houve aquele *overshoot* da noite para o dia. Mudou de 1,14 para dois e não sei quanto o dólar da noite para o dia.

Vamos para o nosso queridíssimo Presidente Lula, que vê a crise internacional em 2009. Já nem era ele, já era a Dilma. Se se faz pelos outros, imaginem o que se faria por si. Vem a crise de 2009: abalou os Estados Unidos, a Europa. *"Não, aquilo é uma marolinha."* A crise chegou ao Brasil. O que se poderia fazer? Parar o País? Deixar de crescer? Diminuir os investimentos? Não pode! Isso é humanamente impossível! É preciso manter o ritmo, dizer que está tudo bem, que vai melhorar cada vez mais, que vai empregar cada vez mais, que está tudo maravilhoso e que é preciso dar continuidade a esse projeto. E isso significa votar na Dilma. Terminou a eleição, a Dilma cancela 50 bilhões do Orçamento, cancela as emendas do futuro, cancela as emendas do passado. Por quê? Porque tem de organizar — estava desorganizado. Mas como vai organizar no meio da campanha? Não organiza, nem o Lula, nem eu, nem você, ninguém. Por quê? Porque nós somos seres humanos. Chega uma hora em que há emoção, compromisso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MARCELO CASTRO - E não é isso que eu estou dizendo? Se faz para ela, porque não era reeleição dele, imagine o que ele não faria? *(Riso.)*

Tenho exemplos todos os dias. Conheço vários Prefeitos de primeiro mandato que são bons. Vão para a reeleição, têm de fazer compromisso com isso, têm de dar



a Secretaria tal para o partido tal, têm de repartir o Governo dessa maneira, e terminam se comprometendo.

Então, eu acho que a reeleição é um mal que foi criado aqui desnecessariamente para o País. Fernando Henrique queria ser reeleito Presidente da República. Em vez de realizarmos só a sua reeleição, para justificá-la, realizamos a de todo mundo. Aí, o mal, que poderia ser só para Presidente, espalhou-se no Brasil inteiro.

Essa é a minha concepção.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Desculpe, Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, estou retomando hoje as minhas atividades na Casa depois de um longo período de 25 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Pode seguir.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Fui submetido à cirurgia de retirada de um tumor no rim, no Hospital Sírio Libanês, graças a Deus, pelo Dr. Miguel Srougi. Foi tirado também o entorno. A biópsia não acusou mais nada, o que comprova a habilidade e a competência desse médico. Graças a Deus! Ele já me deu por praticamente curado, sem mais necessidade de outros tipos de intervenção. Também, Graças a Deus, o tumor na próstata era benigno.

Então, Sr. Presidente, quero aproveitar esta oportunidade para justificar as minhas faltas e dizer do empenho que tenho por esta Comissão. Tenho certeza de que ela vai ser o grande parâmetro para que possamos discutir a reforma política. V.Exa., junto com o nosso querido Relator, Henrique Fontana, vem conduzindo os trabalhos maravilhosamente.

Nesses 25 dias, 15 no hospital e 10 em casa, tive o prazer, a alegria de ser acompanhado pela equipe do Dr. Roberto Kalil. Eu, perguntando a ele pelo nosso ex-Presidente Lula, para minha surpresa, o próprio chega lá para me visitar. Até conversamos sobre a reforma política. Ele está atualizadíssimo, está empenhadíssimo, está discutindo a reforma, quer que o povo seja ouvido, está muito bem. Eu fiquei impressionado com a sua simplicidade nessa visita. Por isso quero registrar, com muita alegria, essa visita. Mas não só a dele, também dos amigos.



Agradeço pelas orações e pela solidariedade que, tenho certeza, partiram desta Casa; agradeço a todos os amigos da minha cidade, Nilópolis, e a todo o meu eleitorado também.

Sr. Presidente, tomei esse tempinho da nossa Comissão para dizer muito obrigado. Agradeço primeiro a Deus, por ter me dado mais um sopro de vida, para que eu enfrente mais um pouco este mandato, tenho certeza, com muito trabalho, com muita vontade de servir àqueles que nos conduziram para cá. Já no nono mandato, tenho certeza de que, de alguma forma, posso colaborar muito com essa reforma política.

Sr. Presidente, quero também dizer que já estou me atualizando com todo o trajeto da Comissão, com todas as discussões aqui na Comissão. Estou lendo tudo. Tenho certeza de que já na próxima reunião, se puder, estarei participando ativamente dos debates.

Mais uma vez, agradeço a Deus e peço a ele que abençoe a todos, como abençoou a mim nesse período em que estive, e ainda estou, em convalescença.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Simão Sessim, parabéns a V.Exa. Que Deus o ajude no retorno aos trabalhos da Casa da forma tão eloquente como esteve durante todo esse tempo nesses longos anos.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Nove mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nove mandatos, trinta e seis anos.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Também quero me congratular com o Deputado Simão Sessim, que retorna à nossa Comissão. Estamos muito felizes com o seu retorno.

Peço a V.Exa., Deputado Simão Sessim, muito atuante na Casa, especialmente na sua bancada, que ordene o que o Relator está pedindo a todas as bancadas: organizarmos uma reunião de trabalho com quatro, cinco, seis Deputados, os mais interessados e atuantes nesse tema da reforma política, a fim



de trocarmos ideias sobre esse relatório, que pretendemos apresentar aqui no dia 11 de junho.

Deputado, seja bem-vindo e boa saúde.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Relator, com todo prazer.

Uma reunião não só com os membros da Comissão, que o partido encaminhou para cá, mas também com outros que já discutiram o assunto. Por sinal, a bancada já se posicionou, já escolheu até o sistema eleitoral, que é o distritão, para discutir.

Eu tenho certeza de que a bancada, profundamente, aceitará o convite. Se pudermos oferecer data — eu vou consultar o nosso líder —, vamos, imediatamente, oferecê-la, a fim de que V.Exa. e o nosso Presidente participem conosco.

Obrigado pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nada mais havendo a tratar, convoco reunião para o próximo dia 12 de maio, às 9h30min, no Plenário 2, com a seguinte pauta: audiência pública, com a presença dos Srs. Cláudio Gonçalves Couto, Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Universidade de Columbia; Jairo Nicolau, Cientista Político, Pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Fabiano Santos, Cientista Político, Professor e Pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a presente sessão.